

## AO LONGO DA PAISAGEM: O ALTO DOURO NO 3.º MILÉNIO AC. ESPAÇOS TEMPORÁRIOS E MOBILIDADES

ALONG THE LANDSCAPE:  
THE ALTO DOURO IN THE 3<sup>RD</sup> MILLENNIUM BC. TEMPORARY SPACES AND MOBILITIES

*João Carlos Muralha Cardoso\**

### **Resumo**

Neste artigo pretende-se olhar o território do Alto Douro no 3.º milénio AC e reflectir sobre os sítios, os espaços e as mobilidades. Os últimos 30 anos de investigação nesta área ofereceram um assinalável conjunto de sítios, tão diversificados como complexos, alguns completamente escavados, outros apenas identificados. Importa reflectir sobre este território, sobre os locais onde estão implantados, sobre as características que aparentam ter. Importa olhar estes sítios não como pontos fixos na paisagem, mas sim como sítios dinâmicos, móveis ao mesmo tempo estruturantes de um território e estruturadores de uma comunidade. Reflectimos hoje, sobre o andar na paisagem, sobre vistas, lugares e variabilidades de interpretações.

**Palavras-chave:** 3.º milénio, Paisagem, Mobilidades.

### **Abstract**

In this paper we intend to look at the territory of the Alto Douro in the 3rd millennium BC and think on sites, spaces and mobilities. The last 30 years of research in this area offered a set of assignable sites as diverse as complex, some completely excavated, others only identified. In this territory is important to think about the sites, the places where they are built, the features that they have. We should not look at these sites as fixed points in the landscape, but as dynamic places at the same time structuring a territory and a community. Today we think about walking on the landscape, about sights, places and variability of interpretations.

**Keywords:** 3<sup>rd</sup> millennium, Landscape, Mobilities.

---

\* CEAUCP-CAM. Bolseiro de pós-doutoramento da FCT: [jmuralha@gmail.com](mailto:jmuralha@gmail.com)

## 0. INTRODUÇÃO

Por ocasião das comemorações dos 20 anos de existência do Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, foi organizado por aquela associação uma Mesa-Redonda subordinada ao tema “A Pré-história e a Proto-história no centro de Portugal”. Pedia-se aos participantes que reflectissem sobre a investigação arqueológica realizada nestas últimas décadas no centro de Portugal através da apresentação de sínteses regionais e da perspectivação da investigação futura. Este contributo insere-se no âmbito da reflexão sobre uma área geográfica específica; o Alto Douro português, e num período cronológico preciso; o 3.º milénio e a primeira metade do 2.º milénio AC.

Os trabalhos de campo e a literatura arqueológica sobre esta região sofreram um aumento exponencial nos últimos 20 anos. Não foram apenas consequência da questão “barragem do Côa”, mas foram igualmente trabalhos assentes em projectos de investigação que se corporizaram em seminários e teses de âmbito académico. O quadro interpretativo dessas reflexões tem sido variado e tem-se pautado por temáticas que incorporam muitas correntes teórico-metodológicas. A proposta que a reflexão seguinte comporta, trata especificamente de arqueologia da paisagem e é resultado de dez anos de trabalho de campo.

Importa referir nesta pequena introdução alguns pressupostos conceptuais que têm norteado a investigação. A utilização do conceito paisagem surge aqui refutando uma dicotomia largamente difundida entre natureza e cultura. Pretende-se reflectir sobre práticas sociais que não podem ser pensadas fora de um meio ecológico e natural, pois existem dentro desse meio, influenciando e sendo influenciadas por ele (McGLADE 1999: 461). Além do mais, segundo CLACK (2011) e THOMAS (2005) entre outros autores, a separação entre o cultural e natural é uma concepção modernista que coloca erradamente a humanidade como árbitro da realidade. Ultrapassar esta ideia é pensar a paisagem como um englobante, onde as implicações ideológicas e ontológicas estão sempre presentes na forma como interpretamos o mundo (TILLEY 1994). Desta forma surge o conceito de “dwelling” que tenta dar um significado mais contextual à paisagem:

*“Dwelling and building are fixed locations that maintain identities (of persons and place) by situating memory. Barbara Bender illuminates that, in contrast to the linear narrative of the West, ‘memory collapses time into space’ [BENDER 1999: 35]. Thus space in essence becomes a landscape of memory. Emotion is involved in this process, as individuals become attached to space and/or responsive to the landscape.” (CLACK 2011: 118)*

Paisagem existe pelo movimento que conecta as sociabilidades, as acções e os lugares. A mobilidade possui aqui um papel importante; ligar e re-ligar experiências, acções e práticas sociais que acontecem em tempos e espaços diferenciados.

É ao longo da paisagem que as mobilidades acontecem e é em espaços temporários que ao longo do 3.º milénio as sociabilidades se vão construindo.

## 1. O TERRITÓRIO E O QUADRO GEOGRÁFICO

O conceito território tem sido utilizado na literatura arqueológica como espaço, ou espaços ao qual grupos de pessoas ou comunidades se sentem ligadas (ZEDEÑO 2010, MCCARTHY 2010). O conceito espaço tem sido objecto de grande atenção na literatura arqueológica e antropológica, a sua definição é heterogénea e não raras vezes contraditória entre autores. Em outras publicações temos reflectido sobre este conceito (CARDOSO 2010 e prelo), por isso não iremos aqui tornar a fazê-lo. O importante a reter é que para nós o espaço é apenas representação. O espaço não é “paisagem”, não é o habitar o mundo, mas sim é a sua representação. O espaço é o quadro no qual todos os sítios, todos os potenciais caminhos, todas as potenciais mobilidades, podem ser marcadas/cartografadas. Espaço surge-nos aqui como representação

de uma área geográfica. O espaço é assumidamente entendido, como uma visão cartográfica dos diversos sentidos de lugar(es) percebido(s). É a representação cartográfica de um território.

Território terá que ser entendido como sedimentação de memórias, identidades e práticas de sociabilidade que em conjunto agregam uma área geográfica constituída por significados e experiências.

Podemos agora definir o nosso quadro geográfico de investigação.

De um ponto de vista corográfico e em termos gerais, os limites do presente trabalho definem-se pelo Rio Torto a Oeste, o Rio Douro a Norte, a Ribeira de Aguiar a Este e a Sul a Serra da Marofa.



Fig. 1 – Delimitação da área de trabalho. Bacias hidrográficas do rio Torto, da ribeira da Teja, do rio Côa e da ribeira de Aguiar. Modificado de FERREIRA 1978: 317.

Em termos geográficos, insere-se no Alto Douro e depressões anexas (RIBEIRO 1986: 188/189)<sup>1</sup>. É uma área implantada na bacia hidrográfica do Rio Douro. Este curso de água não constitui factor de divisão, pelo contrário, actua como um eixo estruturante de toda esta região natural. Os planaltos e montanhas a Norte e a Sul deste rio são em tudo idênticos, separa-os, apenas, o forte entalhe do rio prolongado nos seus afluentes pelas bacias de abatimento. Segundo Jorge Gaspar:

*“O Douro, ou mais correctamente o Alto Douro, é uma das sub-regiões portuguesas com personalidade mais vincada, que se define essencialmente pela identificação da paisagem com um rio (...).”* (GASPAR 1993: 48).

De um ponto de vista de grandes conjuntos estruturais a nossa área de trabalho encontra-se numa zona de fronteira entre a zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico e a grande depressão terciária do rio Douro (MEDEIROS 2000: 34). Em termos mais precisos, encontra-se no extremo Oeste da grande unidade morfoestrutural da Meseta, superfície em grande parte aplanada, com cordilheiras dispostas a meio (Cordilheira Central e os Montes de Toledo).

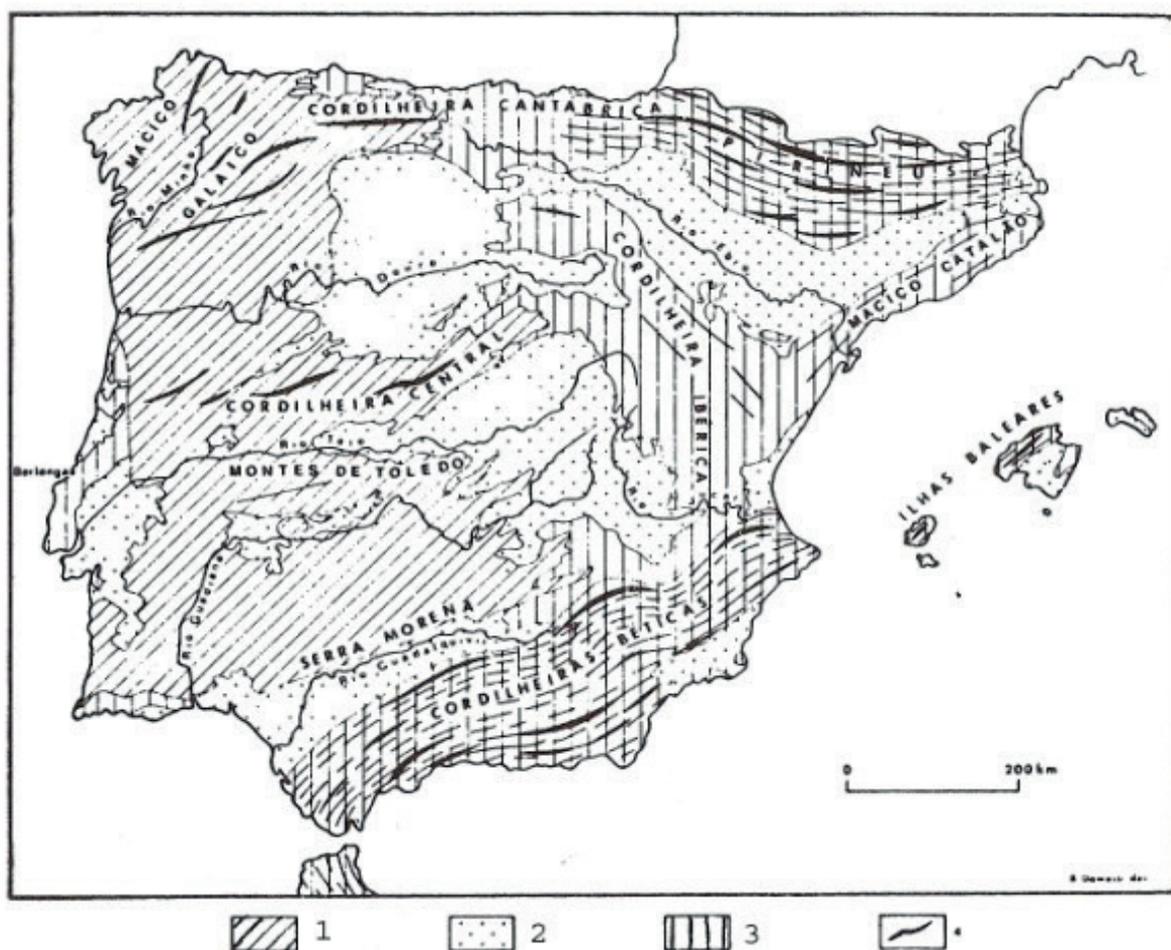


Fig. 2 - “Grandes conjuntos estruturais da Península Ibérica” segundo L. Solé Sabarís, 1978. 1- Maciço Hespérico. 2- Depressões Terciárias. 3- Cordilheiras e rebordos alpinos. 4- Alinhamentos montanhosos principais (de acordo com a adaptação apresentada em Carlos Teixeira, 1981” (MEDEIROS 2000: 35).

<sup>1</sup> O trabalho de Orlando Ribeiro refere-se a divisões geográficas naturais. Na esteira de Barros Gomes (1875) que pela primeira vez apresenta uma proposta de cartografia, discutida posteriormente por Amorim Girão (1927-33), e por Herman Lautensach em 1932-37, a cartografia inicial de Orlando Ribeiro data de 1945 e baseia-se em três pressupostos; a diferença existente entre o Norte e o Sul do País, a divisão do Norte em Norte atlântico e Norte transmontano e a posterior subdivisão do País em 23 unidades de paisagem (RIBEIRO 1986: 140/164, onde o autor analisa detalhadamente a sua proposta). Confrontar ainda Suzanne Daveau, 2000: 98/99.

Em termos geológicos toda a área Norte do nosso trabalho assenta no complexo xisto-grauváquico com duas grandes intrusões graníticas; os maciços de Freixo de Numão e de Numão. O primeiro já foi objecto de estudo circunstanciado (FERREIRA e RIBEIRO 1995). Este complexo é constituído por formações litológicas que possuem uma larga área de exposição em Portugal. No nosso território de acção é composto por várias formações litológicas com idades diferentes e relações complexas entre elas<sup>2</sup>. Os granitóides hercínicos ocupam toda a zona Sul da área de trabalho.

De um ponto de vista geomorfológico, a Meseta, ou mais especificamente o planalto de Castela-a-Velha, é uma superfície de aplanamento muito bem conservada que se estende entre a Cordilheira Central e o rio Douro. Entra pelo território actualmente português, em Trás-os-Montes até ao Sabor e na Beira Interior até ao planalto de Vila Nova de Foz Côa. Junto ao rio Douro nos xistos, esta superfície desaparece. Este facto, segundo Brum Ferreira poderá estar relacionado com a existência de xistos ardosíferos muito duros com heterogeneidade litológica e com a elevada fragmentação tectónica do substrato (FERREIRA 1978: 51-52).

Toda esta superfície é atravessada por um alinhamento de relevos residuais que formam a serra da Marofa, extremo Sul da nossa área de trabalho.

*“Esta serra é um sinclinal ordovícico que emerge do complexo xisto-grauváquico, devendo o seu relevo à particular dureza das assentadas quartzíticas skidavianas” (FERREIRA 1978: 55).*

Este alinhamento reveste-se de grande importância, não só em termos geomorfológicos, como em termos da interpretação do meio. A sua silhueta é inconfundível e avistada a longa distância. A sua cota máxima é de 975 m, subindo 300 m em relação ao nível médio do planalto da Meseta.

Outro relevo residual muito importante é o cabeço de São Gabriel, localizado a NW de Castelo Melhor e a SE da estação arqueológica de Castelo Velho de Freixo de Numão que parece manter com esta crista uma relação visualmente impositiva (JORGE 2005 e CARDOSO 2010). O eixo central da área visualmente alcançável do Castelo Velho passa por São Gabriel. A sua cota é de 654m, elevando-se cerca de 150 m em relação ao planalto.

Além dos relevos residuais, a superfície da Meseta é atravessada por um sistema de filões de quartzo de direcção quase sempre NNE-SSW. Alguns salientam-se com nitidez na paisagem enquanto outros encontram-se muito ou completamente arrasados. Segundo Brum Ferreira “ (...) a ideia geral com que se fica é que, pelo menos a maioria dos filões de quartzo, certamente por constituírem afloramentos muito estreitos, não devem ter resistido ao arrasamento geral da Meseta, tendo sido postos em evidência pela erosão posterior” (FERREIRA 1978: 59)<sup>3</sup>.

É no planalto da cidade de Vila Nova de Foz Côa que se encontra o último nível bem conservado da Meseta para ocidente. Esta parece terminar aqui abruptamente. O que encontramos no terreno é um degrau de direcção NNE-SSW que segue o rio do Vale da Vila, passa junto ao Graben de Longroiva e continua a Este das povoações de Marialva e Rabaçal. Estamos perante o alinhamento do “Rebordo Ocidental da Meseta” (FERREIRA 1971, 1978, RIBEIRO 2001).

*“De uma maneira simplificada podemos dizer que há, entre estas duas unidades do relevo, [**a Meseta e os Planaltos Centrais**]<sup>4</sup> um ou mais degraus intermédios, estreitos, cortados por acidentes oblíquos, que se concentram em certas áreas, facilitando o trabalho erosivo dos cursos de água, ou provocando mesmo abatimentos locais (...). O desnível total entre a superfície da Meseta e os planaltos centrais, tanto quanto permite afirmar o estado de conservação da superfície alta, poderá cifrar-se em cerca de 300 metros a proximidade do contacto.” (FERREIRA 1978: 84).*

<sup>2</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre este tema ver RIBEIRO, 2001.

<sup>3</sup> Além das cristas quartzíticas e dos afloramentos de quartzo, a superfície da Meseta também é pontuada por pequenas elevações de granito mais fino ou corneanas. Para uma discussão sobre este assunto ver FERREIRA, António de Brum, 1978, especialmente as páginas 59 a 61.

<sup>4</sup> O itálico e o negrito são nossos. Apenas queremos valorizar a ideia de que em termos geomorfológicos, estas duas unidades do relevo, são estruturantes na organização do território.

Ao contrário da planura da Meseta, os planaltos centrais possuem um relevo acidentado, e os níveis de aplanamento surgem a diferentes altitudes, em grande medida consequência da tectónica rígida e da erosão diferencial, “(...) relacionadas com o encaixe do Douro e dos seus principais afluentes da margem esquerda” (RIBEIRO 1991: 7). O que interessa referir é que apesar da sua maior diversidade morfológica, os planaltos centrais constituem o prolongamento da Meseta para oeste. A planície continua, mas inserida em níveis mais elevados num relevo mais movimentado e geomorfologicamente pouco nítido, até se atingir um outro domínio morfológico, este sim, completamente diferente da Meseta, as montanhas ocidentais.

A rede hidrográfica desta região pertence em exclusivo à bacia do Douro. Este é o rio mais caudaloso e o que drena a bacia mais extensa de toda a Península Ibérica. Na organização da drenagem parece ser evidente uma adaptação dos cursos de água à rede de fracturas. Este fenómeno torna-se visível no rio Torto e na ribeira da Teja enquanto se mantêm em terrenos graníticos. Ao entrarem no complexo xisto-grauváquico os seus cursos parecem libertar-se daquela adaptação. O traçado do rio Torto<sup>5</sup> torna-se bastante mais sinuoso do que a ribeira da Teja, embora os dois cursos de água façam alguns meandros.

Os estudos palinológicos que desde os anos 80 do século XX, têm tentado reconstruir a evolução do coberto vegetal, possibilitam uma ideia esquemática do que aconteceu em termos de evolução paisagística. A cobertura florestal seria generalizada, associando pinheiros com carvalhos de folhas caducas ou perenes (entre 10.000 e 8.000 BP). Uma diminuição progressiva da humidade terá provocado, posteriormente a 8.000 BP, o aparecimento do urzal, especialmente em áreas de pinhal. A presença do homem começa a sentir-se após 5400-5000 BP a expensas daquelas duas espécies. A partir do Bronze Final e já na época romana, o pinhal torna-se rarefeito.

É necessário afirmar que na área que nos interessa os conhecimentos paleoambientais são muito diminutos. A síntese feita anteriormente apenas se torna interessante como indicador, e nunca como provável generalização. É o caso dos estudos antracológicos já efectuados para as estações arqueológicas de Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento (FIGUEIRAL 1993, 1998 e 1999), e do trabalho de Queirós e Leewarden (2003), para as estações arqueológicas do Tourão da Ramila e Fumo.

## 2. A INVESTIGAÇÃO

Os primórdios da investigação nesta área inicia-se com a publicação e descrição de objectos e pequenos apontamentos de carácter histórico-etnográfico (FERREIRA 1954, 1957, 1966), sem grande preocupação científica. A recolha de informação que leve à identificação e localização de sítios arqueológicos começa com Adriano Vasco Rodrigues (1961a, 1961b, 2002). Este últimos trabalhos têm o mérito de tentar integrar cronológica e culturalmente os sítios arqueológicos desta região.

Só a partir dos anos 80 do século XX, podemos afirmar que o quadro historiográfico da investigação se altera. Passa-se da procura de objectos e dos seus sítios de proveniência á sua cartografia. António Sá Coixão inicia trabalhos de prospecção e identificação de estações arqueológicas com vista à publicação da carta arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (1996). É igualmente nos anos 90 do século passado que se iniciam os trabalhos de Pedro Sobral de Carvalho e Luís Filipe Coutinho Gomes nos concelhos de Penedono e São João da Pesqueira (CARVALHO, 2009, GOMES, 1996, GOMES *et alii* 1998). A criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, em 1996, traz-nos uma nova dinâmica ao conhecimento do território. Uma área que até então se julgava despovoada, revela-se cheia de pontos num mapa (VV. AA. 1997, AUBRY e CARVALHO 1998). O objectivo, ou melhor dizendo, o questionário que orientava o trabalho de prospecção assentava na descoberta e referenciação cartográfica, abrangendo a totalidade do seu património histórico, cultural e artístico. Igualmente nos anos 90 do século passado, vários investigadores ensaiam áreas de prospecção restritas e com questionários de âmbito académico; caso de Cristina Silva (1996), João Muralha Cardoso (1996) e José Manuel Varela (2000). A abordagem à paisagem continha

---

<sup>5</sup> Brum Ferreira avança com uma explicação para a extrema sinuosidade deste rio, além do abandono dos terrenos graníticos; “(...) *todavia, este curso parece estar condicionado pela estrutura (...) não somente o traçado é paralelo às bancadas xistentas, como parece existir um estreito graben que o Torto terá aproveitado, e no fundo do qual meandrizava*” (1978: 130).

paradigmas funcionalistas, o meio ambiente envolvente é sempre olhado como um recurso económico potencial, sem se prestar atenção a um conjunto de outras variáveis importantes na análise de uma paisagem. Continuava-se a adicionar pontos num mapa, descurando a reflexão e conceptualização dessa paisagem ao qual esse mapa dava origem. Tornava-se necessário passar da cartografia para a paisagem, e esse passo dá-se através dos sítios arqueológicos que entretanto começam a ser escavados.

Castelo Velho de Freixo de Numão é referenciado e identificado por António Sá Coixão a partir da análise de uma Carta Mineira publicada anos 20 do século XX e por prospecções subsequentes. O organismo que tutelava a área da arqueologia (IPPC) convida Susana Oliveira Jorge para dirigir os trabalhos arqueológicos, tendo por objectivos, numa primeira fase, travar o processo de degradação e numa segunda fase, iniciar o seu estudo e restauro. Estes trabalhos iniciam-se em 1989, mas voltaremos a eles, mais adiante.

Importa fazer primeiro referência aos trabalhos desenvolvidos pelo PAVC, pois desde que os trabalhos de prospecção se iniciaram, os seus autores tinham como objectivo, no âmbito da Pré-História recente da área do Parque, “(...) *alicerçar a arte rupestre da região num quadro cronológico-cultural bem definido e inseri-la nos respectivos modelos de ocupação do território*” (CARVALHO 2003: 231).

A par do programa de prospecções, foram efectuadas seis intervenções arqueológicas; Tourão da Ramila, Barrocal Tenreiro, Quinta da Torrinha, Vale da Veiga I, Curva da Ferradura e Castelo de Algodres. A informação recolhida permitiu ao coordenador das intervenções elaborar um primeiro modelo de ocupação do espaço:

*“(1) estão presentes, quer através de achados de superfície, quer através de contextos intervencionados em escavação, os principais momentos do faseamento interno do Calcolítico, tal como reconhecidos nas regiões da Beira Alta e do Leste de Trás-os-Montes;*

*(2) a elevada densidade de sítios e a maior duração das suas ocupações indicam um assinalável aumento demográfico na região na passagem do Neolítico para o Calcolítico;*

*(3) a exploração económica dos planaltos e de algumas áreas topograficamente diferenciadas (depressão da Longroiva) deverá ter assentado na agricultura, dados os seus recursos potenciais (solos arenosos, por vezes bem drenados) e a evidência indirecta recolhida em escavação (elementos de mós);*

*(4) a oposição marcada, em termos de distribuição espacial, entre os povoados (fundados nas terras planálticas) e as necrópoles de cistas e a arte rupestre (confinadas aos fundos dos vales), o que parece testemunhar uma nítida opção de estruturação económica, social e simbólica do território.”* (CARVALHO 2003: 229-230)

A leitura das conclusões, remete-nos para um modelo de âmbito crono-cultural e paleoeconómico. A implantação dos sítios arqueológicos é vista como acções de uma comunidade que otimiza a exploração de várias áreas territoriais e a diferença existente entre esses sítios é vista como especialização de actividades económicas. Outra observação interessante prende-se à ideia de estruturação do território (económica, social e simbólica), em relação à distribuição espacial dos sítios, aqui vistos como “povoados”, necrópoles de cistas e arte rupestre.

Em Castelo Velho de Freixo de Numão as escavações prosseguiam<sup>6</sup> e dava-se início a um intenso processo de reflexão e questionamento dos dados que aquele sítio oferecia.

A história da escavação arqueológica tem vindo a ser referida em várias publicações (JORGE 1993, 1994, 1998, 2003a 2003b e CARDOSO 2010), no entanto torna-se necessário revisitarmos algumas das ideias da coordenadora da intervenção, para melhor contextualizarmos as próximas reflexões.

O primeiro artigo sobre este local é publicado nas Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular (JORGE 1993). O sítio é então identificado como um “povoado fortificado” do Calcolítico, reutilizado até

<sup>6</sup> É importante e de inteira justiça referir que ao longo dos anos 90, esta intervenção arqueológica abriu uma importante frente de investigação e formação de jovens investigadores no interior Norte do País, por onde passaram vários milhares de alunos e voluntários, mas acima de tudo, a investigação realizada sobre este sítio arqueológico produziu uma importante ruptura epistemológica ao nível interpretativo.

ao Bronze Inicial. Castelo Velho acumularia funções de carácter defensivo, especializado em “(...) *tarefas produtivas decorrentes de um processo mais amplo de intensificação económica*” (JORGE 1993: 195), e de carácter simbólico. Esta última especificidade decorria de uma nova concepção do espaço doméstico detectada em Castelo Velho. A escavação de uma área com uma apreciável concentração de estruturas pétreas de vários tipos e dimensões, parecia poder relacionar-se com a armazenagem (provavelmente de produtos alimentares), num “(...) *espaço “reservado”, real e simbolicamente protegido. Constitui pois uma área que foi “monumentalizada” contendo estruturas duráveis em pedra, e que parece apontar para uma organização social de carácter evolucionado, cujos contornos ainda são difíceis de definir.*” (JORGE 1993: 195)

A interpretação era de tipo processual. Castelo Velho era um povoado fortificado, remontando ao Calcolítico Inicial, dado novo na região, e que vinha ampliar a lista de “fortificações calcolíticas” (JORGE 1993: 195) relacionadas com a bacia do Rio Douro e identificadas no Norte da Península. Por outro lado inseria-se num quadro de intensificação económica e complexificação social, situações sugeridas não só pelo controlo de trabalho e da tecnologia necessárias à construção e manutenção do sítio, como a alguns aspectos da “cultura material”. Os objectos de prestígio (nomeadamente os artefactos em cobre) encontrados indiciavam contactos supra-regionais que se enquadrariam numa necessidade de consolidar uma liderança forte e mantida ao longo do tempo. O modelo arquitectónico também foi alvo de reflexão, pois este seguia um padrão, que parecia repetir, em alguns aspectos, características supra-regionais, denotando assim uma vontade de ostentação de poder, típico de sociedades hierarquizadas.

No entanto esta interpretação deixava em aberto um conjunto alargado de questões para as quais parecia não haver resposta, nomeadamente a ideia de “povoado fortificado” (área Norte da estação arqueológica, sendo a mais acessível, encontrava-se apenas protegida por um troço de murete com uma espessura de 1,20 m) e o problema da determinação de “funcionalidades”, (os dados e o corpo teórico processualista não explicavam as alterações estruturais do recinto/povoado, como o encerramento de entradas, nem a função do próprio reduto).

A necessidade de inserir os dados resultantes destes primeiros cinco anos de escavação num quadro problemático diferente, levou a uma nova problematização e a um reequacionamento da interpretação de 1993. A autora, num texto de 1994 tenta demonstrar a inconsistência de uma abordagem teórica relativa a explicações uniformizadoras e globalizantes para todos os chamados “povoados fortificados” do Calcolítico Peninsular<sup>7</sup>.

Neste importante texto, a autora atribui grande significado à “monumentalização” do lugar, à sua marcação simbólica na paisagem, surgindo novas palavras/conceitos para uma interpretação alternativa do sítio; “espaço”, território” e “identidade”. Embora não descarte a possibilidade de em certos momentos da sua existência, Castelo Velho ter tido alguma espécie de função defensiva de pessoas e bens, a ênfase é claramente dada à hipótese de um espaço monumentalizado, e à natureza dos tipos de actividade desenvolvidos nesse espaço.

Em reflexão posterior (JORGE 1998), referente à genealogia interpretativa do sítio, introduz três novos aspectos inter-relacionados:

1- “(...) a aceitação do carácter polissémico dos locais habitados, negando-se a dicotomia tradicional entre povoados, sepulcros e santuários, enquanto locais com funções específicas e estanques;

2- (...) a admissão de que, em certos contextos económicos e sociais, alguns locais habitados adquiriram uma específica visibilidade arquitectónica em relação com a topografia natural: ou seja, certos povoados transformaram-se em “lugares monumentalizados”;

3- (...) a hipótese de que o processo calcolítico de monumentalização não terá apenas atingido povoados, mas toda uma outra gama de sítios, num quadro geral de territorialização: ou seja, de um fenómeno que envolve intensificação, hierarquização, apropriação espacial, construção de novas identidades.” (JORGE 1998: 284)

<sup>7</sup> Susana Jorge problematizou 69 sítios da Península Ibérica, tendo como referência leituras sobre outros sítios semelhantes europeus. O corpo da análise baseia-se numa procura de regularidades e diferenças, através de um conjunto de descritores que permitam a discussão de temas tão caros a uma interpretação de cariz processual-funcionalista. Ao longo do texto assistimos a uma desmontagem conceptual sobre a forma de olhar estes sítios. Conceitos como “fortificação”, “interacção” e “intensificação” são amplamente discutidos, tornando-se eles próprios discutíveis e emergem outros como “lugares monumentalizados”, “cenários” e “espaços domésticos monumentalizados”.

A arquitectura do sítio adquire um papel importante na condução das escavações e nas reflexões efectuadas. A escavação vai revelando uma arquitectura complexa e “monumental”. São escavadas “rampas pétreas” e “taludes” (JORGE 1998: 284) que se revelam estruturas complexas de um murete interno de contenção ao qual se adossavam pedras bem imbricadas num complicado sistema de contrafortagem. Esta estrutura seria recoberta por uma “carapaça” de pedras e argila e teria uma dupla intenção; por um lado alteava o declive da plataforma funcionando como estrutura de sustentação, por outro tornava mais imponente a área Sul e Oeste do sítio, acentuando-lhe o seu carácter monumental. Outro factor importante foi a descoberta e escavação de uma estrutura com ossos humanos, contida numa rampa pétreas que circundava o recinto a Oeste e Sul. Este dado sugere um conjunto de reflexões importantes acerca do “conceito/função ritual” (JORGE 1998: 291 e JORGE *et alii* 1998/1999).

Todas estas observações e os dados até então disponíveis ajudaram a problematizar ainda mais o quadro interpretativo da estação arqueológica. Os apoios dados pelo Programa Operacional de Cultura permitem escavar e musealizar o sítio arqueológico e continuar a ensaiar reflexões que após 1998 são complementadas pela escavação de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa).

O sítio arqueológico de Castanheiro do Vento foi identificado por António Sá Coixão, no decurso de um programa de prospecção que visava a elaboração da carta arqueológica do concelho de Foz Côa. A primeira recolha de materiais que permitiu identificar este local deu-se em 1983. Esta descoberta partiu da notícia de um achado de um machado de pedra polida na encosta virada à povoação da Horta do Douro (COIXÃO 1996: 65). O sítio encontrava-se coberto por grande quantidade de pedras de pequeno e médio porte, materiais arqueológicos como cerâmica, alguma com decoração penteada, lascas em quartzo, e um grande número de elementos de moinho fracturados, sugerindo a existência de estruturas pré-históricas. A historiografia tanto quanto possível completa sobre esta intervenção foi publicada recentemente (CARDOSO 2012), mas tendo em conta os objectivos deste artigo torna-se relevante referir que após mais de dez anos de escavação, as interpretações voltaram-se cada vez mais para o território, para a ideia de lugares, para a arquitectura e os materiais constituintes da conformação destes sítios (CARDOSO 2010, JORGE 2005, JORGE *et alii* 2002a, 2002b, 2003 a, 2003b, 2003c, 2003d, JORGE *et alii* 2005 e VALE, CARDOSO & JORGE 2006).

O processo interpretativo enriquece, as reflexões encontram-se com o território e nos últimos anos toda uma equipa tem-se debruçado sobre diferentes problemáticas de investigação. Duma forma sintética e muito generalista podemos apontar algumas temáticas reflexivas: a desconstrução da ideia de povoados fortificados; a transformação da lógica de intervenção na paisagem (estes sítios também devem ser considerados dispositivos comunicacionais); as deposições; a arquitectura em terra; as dicotomias sagrado/profano e ritual/doméstico; a acentuação do papel de marcadores identitários, polarizando à sua volta as diferentes comunidades agro-pastoris do 3.º milénio AC.

O trabalho de campo e o constante repensar destas temáticas, levou à progressiva alteração do questionário interpretativo. Surgem dois temas importantes: a relação entre a arquitectura do sítio e a sua implantação geomorfológica e a arquitectura olhada não como objecto construído, mas em permanente elaboração.

Podemos agora questionar; o que mudou ao escavar-se aqueles dois sítios arqueológicos?

Mudou a forma de olhar a arquitectura e relacioná-la com a paisagem. Se alterarmos a forma de olhar para a arquitectura – deixar de olhá-la apenas como um objecto de análise – e passarmos a olhá-la como prática/acção, teremos de pensar em formas diferentes de habitar/estar na paisagem.

Se a arquitectura for considerada como prática/acção em vez de simples objecto construído, torna-se necessário uma aproximação diferente à paisagem. Esta terá que ser vista como “habitação” (“dwelling”) e assim as questões de mobilidade tornam-se uma das principais acções num território. A arquitectura destes sítios, nas suas acções de conformação e na sua variabilidade construtiva, levou-nos a olhar estes sítios como um processo fluído de habitar um lugar.

Hoje “olhamos” uma realidade inscrita/inserida na paisagem, não como projecto final, mas sim em interacção constante entre a sua implantação, a topografia envolvente, as suas condições e disponibilidades. Podemos sugerir que as comunidades sedimentam-se, criam coesão entre os seus elementos, não só fazendo arquitectura, como agindo em todo um território.

Tornava-se necessário voltar ao território, voltar às prospecções sistemáticas, olhar a paisagem e percorrê-la de uma forma mais contextual voltando a repensar o nosso questionário interpretativo.

### 3. OS MAPAS

O voltar ao terreno implicou um outro olhar para a paisagem, implicou continuar o trabalho da cartografia de sítios arqueológicos e implicou pensar a forma como se coloca um sítio em mapa. Em última análise implicou alterar o questionário, a base de dados e a forma como se vê um sítio e a sua paisagem, o seu contexto.

Os pontos nos mapas, quer dizer os sítios arqueológicos, tinham um significado. Não deveriam ser apenas pontos fixos, imóveis, mas sim pontos localizados num território vivido, habitado e percebido pelo homem, assim terão que ser vistos como áreas locais dispersas pela paisagem, ao longo de caminhos.

Os sítios são constituídos não através da sua localização numa paisagem, isto é, como estando contidos nessa paisagem, mas através de um contexto relacional de compromisso com essa paisagem. Os sítios não são locais fixos e bi-dimensionais, porque os olhamos como contentores de pessoas e materialidades, mas são lugares, são pontos de partida, de chegada, de dispersão do homem na paisagem. Cada sítio, hoje arqueológico, existe em várias dimensões simultâneas (espaço/tempo). Ocupa áreas do território, possui materialidades, detectam-se acções, encontram-se contextos. Existe assim uma rede de associações e diferenças/contrastes que são passíveis de ter múltiplos significados interpretativos. Esta totalidade de dimensões e significados devem ser identificados como contextos de acção do homem. Os vários significados dependem dos vários contextos. O significado de um sítio dependerá do local em que se encontra, das materialidades que possui, das relações entre essas materialidades e a paisagem e das associações com outros sítios, outras materialidades. Sítios arqueológicos semelhantes, como por exemplo os recintos, podem ter e ser utilizados com significados diferentes de acordo com o contexto da paisagem e das materialidades existentes e que o conformam.

Os sítios arqueológicos, os pontos num mapa são assim constituídos “(...) *not through their point of location in a landscape container but through a relational context of engagement with their surroundings.*” (McFADYEN 2010: 308).

Podemos reflectir sobre os sítios e sobre a paisagem. Podemos ensaiar conexões, relações entre sítios, assinalar tarefas a vários lugares, mas o importante não será apenas atribuir “funcionalidades”. Ao relacionarmos sítios através das suas materialidades, estamos a dar dimensão ao próprio sítio e também à paisagem. Mas acima de tudo às tarefas/eventos que aí aconteceram. Há uma dimensão temporal e espacial que é dada aos sítios, são dimensões fragmentadas, mas são fragmentos de uma prática que aconteceu na paisagem. Desta forma todos os sítios são lugares centrais de uma qualquer actividade/tarefa/acção. Terão que ser reflectidos através da paisagem, porque não só são constituídos por ela própria como por acções praticadas na própria paisagem ao longo do tempo.

Os sítios e as suas materialidades mais aquelas que o conformam (fazendo a arquitectura), são elementos de compromisso da paisagem. A arquitectura torna-se assim uma prática, uma acção orgânica e não objectual. Torna-se uma acção vivida, percorrida e percebida pelo homem. Não existe na paisagem, não é construída na paisagem. É ela própria elemento constitutivo da paisagem e constantemente interseccionada pelo habitar do homem, pelas materialidades que possui e pelas mobilidades que ao longo da paisagem constituem um território, uma identidade, uma comunidade.

O trabalho de campo efectuado partiu de uma base já existente. A carta arqueológica do concelho de Foz Côa já se encontra publicada desde 1996, a do concelho da Meda foi publicada em 2009 e as prospecções efectuadas de uma forma mais ou menos contínua na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa, desde 1995 contribuíram para um conhecimento abrangente do tipo de estações arqueológicas existentes na nossa área de estudo. Desde a primeira grande listagem efectuada (CARDOSO 2010) com 78 sítios arqueológicos, muito se avançou. Hoje possuímos um conhecimento do terreno mais alargado e

contínuo, com um total de 150 ocorrências, das quais 136 encontram-se fichadas.

A discussão de conceitos e o processo de elaboração da base de dados foi já publicado (CARDOSO 2010: 299/318). Interessa-nos apenas lembrar que partimos de um conjunto de definições muito concretas, todas relativas à experiência corporal de estar na paisagem; visão, sentidos, horizonte e linha de horizonte, linhas de oclusão, proximidades visuais, planos de paisagem, linhas de mobilidade, visibilidades e intervisibilidades, e outras relativas à conceptualização do território; espaço, lugar, lugar/corpo e paisagem. Uma constatação imediata prendia-se à aparente primazia dada à “visão”, mas também colocávamos a hipótese de ao olharmos/relacionarmos sítios, estamos a colocar na paisagem caminhos, linhas que não colocam a visão como experiência central. Será sempre um erro considerar unicamente a visão como sentido preferencial de percepção da paisagem, os sons, as texturas, os cheiros e mesmo os sabores poderiam ser determinantes para percorrer uma paisagem (CUMMINGS e WHITTLE 2004; EDMONDS 1999; FELD 1996, GELL 1995; GIBSON 1986; HAMILTON e WHITEHOUSE 2006 e INGOLD 2000, 2007, 2011). Um princípio fundamental diz-nos que *“Any awareness of the landscape that human beings can develop depends entirely on our incarnation as embodied creatures”* (THOMAS 2010: 245).

Seria um erro reduzir a experiência do mundo a uma única dimensão sensitiva, como forma de, não o apreender, mas sim de o habitar. Ver, ouvir e tocar não são actividades separadas, são apenas facetas diferentes de uma mesma actividade; aquela de um organismo no mundo (INGOLD 2000: 261).

Por outro lado, não é menos verdade, que se pensarmos na implantação de alguns sítios na paisagem após os inícios do 3.º milénio a.C., parece detectar-se uma certa importância dada à visão. Susana Jorge e colaboradores, chamaram a atenção para as diferenças existentes ao nível espacial, entre os chamados monumentos megalíticos e os recintos do 3.º e 2.º milénio a.C. Um dos vectores desse trabalho discutia a localização dos monumentos megalíticos em sítios quase incorporados na paisagem, enquanto os recintos concentravam-se em áreas de topo, abrangendo as colinas e monumentalizando-as (JORGE, JORGE, CARDOSO, PEREIRA e COIXÃO 2005: 112). Os recintos abrangendo as colinas seriam visíveis, não só de um plano próximo, como mais longínquo. Poderia ser um olhar referencial, parcial, ou mesmo sazonal, mas o local, a escolha desse sítio, poderia ter obedecido, entre outras, a razões de ordem do visível. A constatação deste facto, esta alteração, pode sugerir uma crescente importância da visão, mesmo assumindo que o “ver”, para nós, dessas comunidades-outras, será sempre um conceito inatingível.

No entanto, a ideia que gostaríamos de manter é que os sentidos existem como aspectos de funcionamento de um corpo na sua totalidade e em movimento, funcionando em conjunto na acção do seu envolvimento com o mundo, e não como registos distintos combinados a um grau simples ou elevado de um processamento cognitivo (MERLEAU-PONTY 1945: 240-280, GIBSON 1986 e INGOLD 2000: 243-268).

O mundo revela-se ao homem de acordo com determinadas condições, sempre diferentes; luz, humidade, cheiros, disposições, sexo, idade. A paisagem pode ser familiar, ou desconhecida, mas é continuamente percebida por cada um de nós através do nosso corpo e das materialidades que constituem o mundo. Os solos, as diferentes rochas, os rios e ribeiras são-nos trazidos através de diferentes acções e diferentes materiais, desta forma o nosso corpo não está fixo, não está relacionado a um sítio, a um lugar. Conhecemos o mundo e conhecemo-nos a nós próprios através do movimento, da nossa mobilidade numa paisagem, mas não só utilizando os nossos sentidos, como utilizando a memória, a imaginação, os sentimentos (JONES 2007 e THOMAS 2010).

Ao pensarmos os descritores da base de dados tivemos como ideia central que a compreensão de uma paisagem passará, não pela sua fragmentação em sítios arqueológicos (fixos e centrados), mas pela acção e movimentação contínua num território para onde esses sítios extravasam.

A próxima figura cartografa os sítios arqueológicos referenciados para esta área. Tendo em conta a quantidade de locais assinalados, a prospecção mais ou menos intensa que tem sido feita e os seus diferentes graus de estudo, impõem-se algumas observações prévias: O número de locais que iremos utilizar no decurso deste trabalho será, consoante a informação recolhida e as questões colocadas. Relembramos que nos falta visitar 14 sítios e preencher a respectiva ficha de sítio/paisagem. Aqueles que foram considerados neste trabalho são estações arqueológicas escavadas e/ou em processo de escavação e todos os outros locais que através da prospecção e/ou publicação foram identificados. Por

último queremos lembrar que a nossa análise remete apenas para os sítios arqueológicos com uma cronologia do 3.º e 2.º milénio AC. É evidente que esta cronologia é baseada nas materialidades desses sítios e na experiência de prospecção contínua nesta região. As reflexões sobre paisagens implicam não só uma acção continuada no terreno como um trabalho à escala da própria paisagem. A representação cartográfica seguinte refere estes locais. Por vezes optámos por fazer conjuntos de sítios para não sobrecarregar o mapa com os respectivos números, pois a base cartográfica é bastante pobre e os inúmeros pontos e números iriam torná-la ainda mais uma mancha difusa.

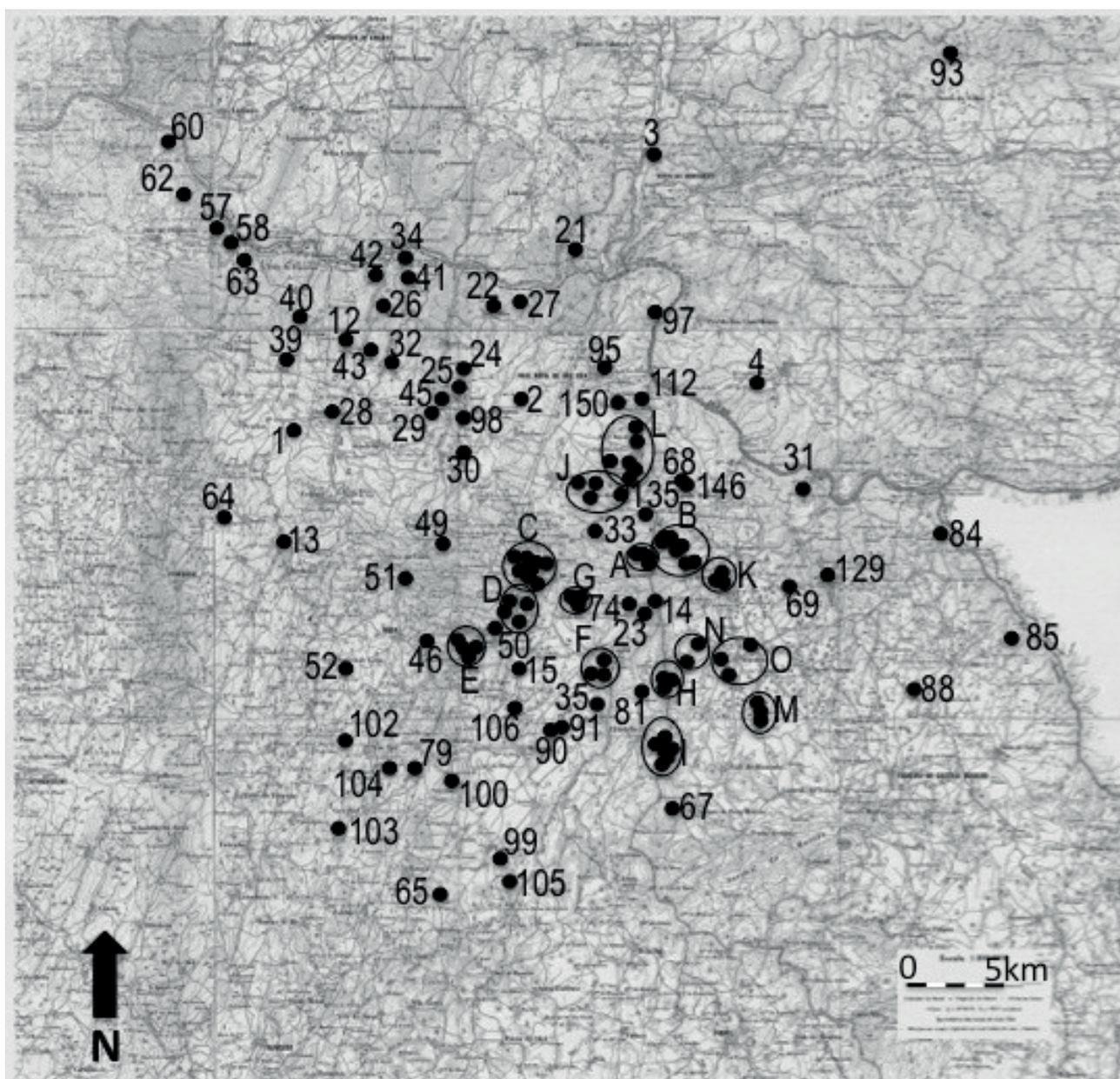


Fig. 3 - Cartografia dos sítios identificados.

Nesta mancha estão cartografados 147 sítios arqueológicos. A escala do mapa e dos respectivos pontos não nos permite praticamente nenhuma leitura. A mancha central ao longo do rio Côa e ao longo do rio Douro, a Norte, corporiza o intenso trabalho de prospecção que tem sido feito pelo PAVC<sup>8</sup> e por

<sup>8</sup> Gostaríamos aqui de agradecer a consulta da base de dados de sítios arqueológicos do PAVC e a extraordinária colaboração dos seus técnicos.

António Sá Coixão. Igualmente a Norte, o vazio entre os rios Douro e Sabor, não é real, pois os trabalhos arqueológicos realizados nos últimos anos no empreendimento da construção da Barragem do Baixo Sabor, têm dado resultados interessantes. O vazio a Sudoeste representa a lacuna de prospecção nessa área, trabalho que queremos desenvolver nos próximos anos. Com este conjunto de pontos nos mapas (*dots in maps*) não é possível reflectir. Tentemos adicionar aos mapas, outras leituras que a construção de gráficos nos possibilita.

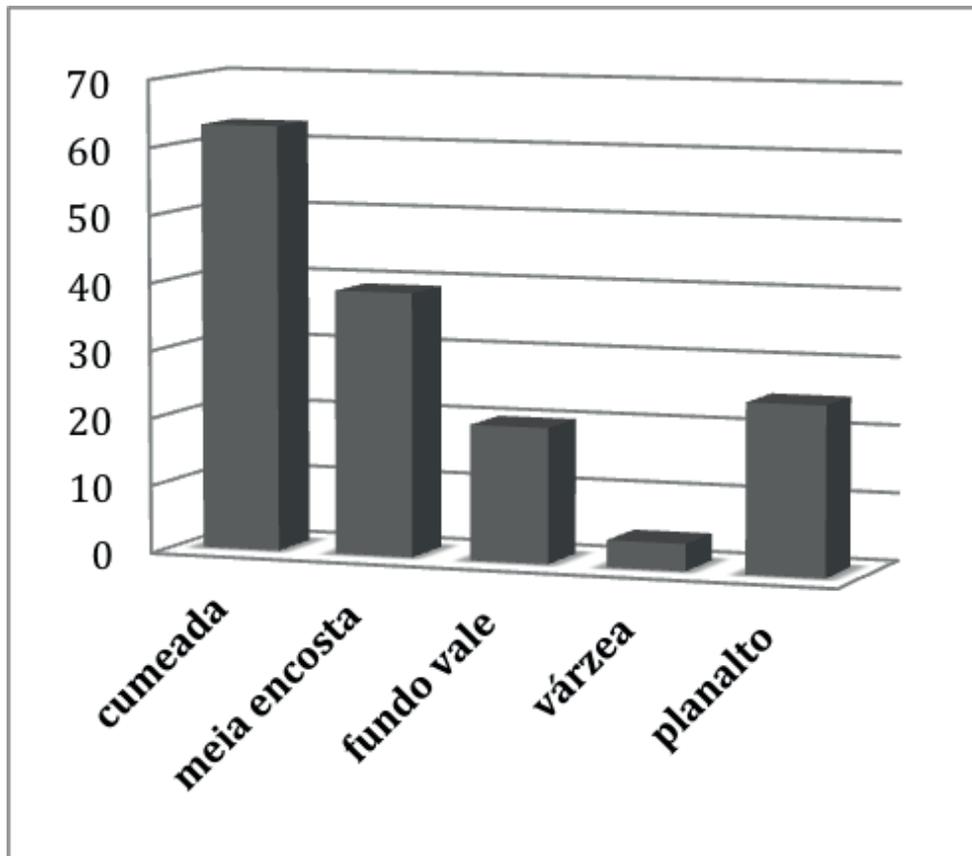


Fig. 4 - Implantação dos sítios identificados nas unidades geomorfológicas específicas.

Este gráfico pretende ilustrar a implantação dos sítios arqueológicos, num sentido geomorfológico bastante abrangente. Os sítios de cumeada são definidos por se encontrarem em topos de elevações ou em esporões isolados. Em termos percentuais representam 42%. Os sítios implantados a meia-encosta, por vezes em pequenos esporões, perfazem 25% do total. Os sítios localizados em fundos de vale, junto às linhas de água representam 14%. A ocupação das várzeas apenas representa 3% e os sítios implantados em planaltos, 16%. É importante ter em atenção que problemas pós-deposicionais terão afectado consideravelmente os sítios localizados nas várzeas. A experiência de trabalho de campo remete-nos para sítios sem estruturas ou com estruturas muito frágeis que uma agricultura intensa terá destruído; caso das grandes várzeas da Vilariça e de Longroiva.

O próximo gráfico tem como objectivo tentar definir relações entre os sítios e características significativas da paisagem. Entendemos por relação uma intervisibilidade entre o sítio e a paisagem. Intervisibilidade é um conceito dinâmico; implica movimento, implica a ideia de “olhar para” e ser “olhado de”. Transporta consigo o sentido de percepção de lugares. Ao considerarmos que o conhecimento do mundo é obtido através do movimento, sentindo-o, “explorando-o”, as intervisibilidades constantes são uma, de muitas outras formas, de adquirir capacidades de percepção desse próprio mundo.

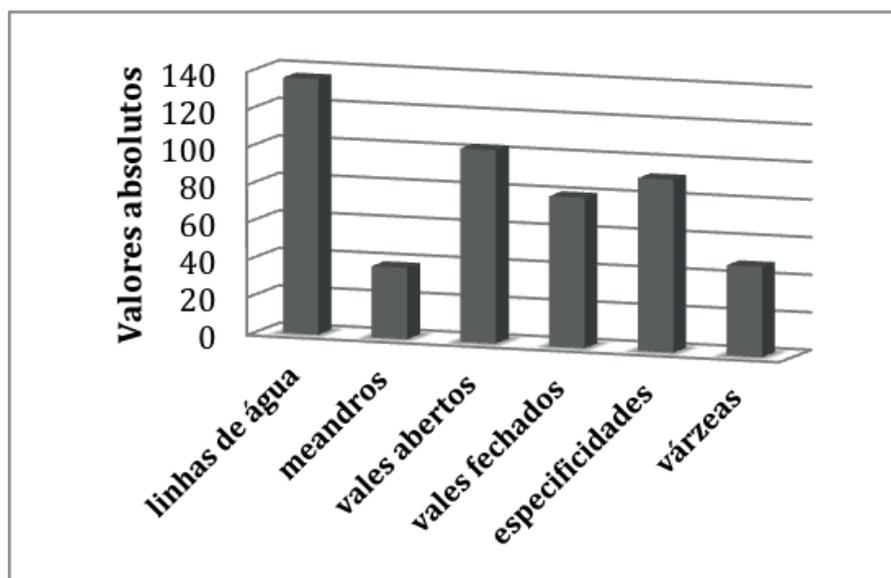


Fig: 5 - Total de sítios e a sua associação ao terreno.

A análise é simples; partimos do número total de sítios inventariados, que equivale a 100%. Neste caso preciso o total de sítios observados é de 140. As linhas de água, sejam de grande caudal e significativas na paisagem (como os rios Douro e Côa), sejam de menor caudal (como a Ribeira da Teja e Ribeira do Vale da Vila), foram contempladas neste item. Assim, os locais identificados que estão associados a uma, ou mais linhas de água é de 97%.

Os meandros dos rios surgem relacionados a 27% dos sítios. Esta característica dos cursos de água apesar de não ser uma constante é recorrente. Será interessante notar que os rios e especificamente a água poderão ter sido importantes a vários níveis. Primeiro, as relações existentes entre sítios e rios são maioritariamente uma relação distante, no sentido em que a implantação dos sítios está longe dos cursos de água, mas o “domínio” visual é marcante. Segundo, as próprias linhas de água constituem-se como linhas de mobilidade. Mobilidade de curta e longa distância. Terceira, a água poderá ter sido considerada uma importante especificidade, pois o caudal dos rios e ribeiras altera-se constantemente; torna-se volumoso e cheio no Inverno e Primavera e mais calmo e mesmo seco, no Verão e Outono. As linhas de água apresentam uma dinâmica constante, assim como a mobilidade das comunidades.

Os vales, quer abertos na paisagem, quer fechados e mais circunscritos à intervisibilidade, parecem ter alguma importância, Os primeiros distribuem-se por 73% dos sítios arqueológicos e os segundos por 57%.

As especificidades geomorfológicas parecem estar em conexão com 65% das estações arqueológicas. Esta observação poderá ser redundante, já que uma especificidade geomorfológica possui um conjunto de características visíveis numa paisagem. No entanto à medida que o nosso trabalho de campo vai evoluindo temos notado um decréscimo desta percentagem. É certo que os primeiros sítios a serem cartografados foram locais de cumeada, com uma grande visibilidade para a paisagem, mas podemos sugerir uma relação mais forte entre estas características da paisagem e os sítios de cumeada, ideia a que voltaremos mais adiante.

Por último, as várzeas associam-se a 34% dos locais. É interessante notar que dos 48 (100%) sítios arqueológicos que visualmente abarcam várzeas, 32 (cerca de 67%) possuem uma cronologia que se estende, seguramente, pela primeira metade do 2.º milénio AC.

De uma forma geral, sugere-se que todos os locais identificados parecem ter uma relação global com a paisagem. A implantação dos sítios parece apontar, não para áreas significativas e relacionadas com uma determinada especificidade, sejam geomorfológicas, sejam linhas de água, sejam vales, mas parecem fazer referências, ou talvez citações, à paisagem no seu todo, não apenas como vista, mas

essencialmente, como percorrida.

Descriminemos agora, por implantação geomorfológica os locais relacionando-os com as características do terreno, para tentarmos sugerir outro tipo de relações.

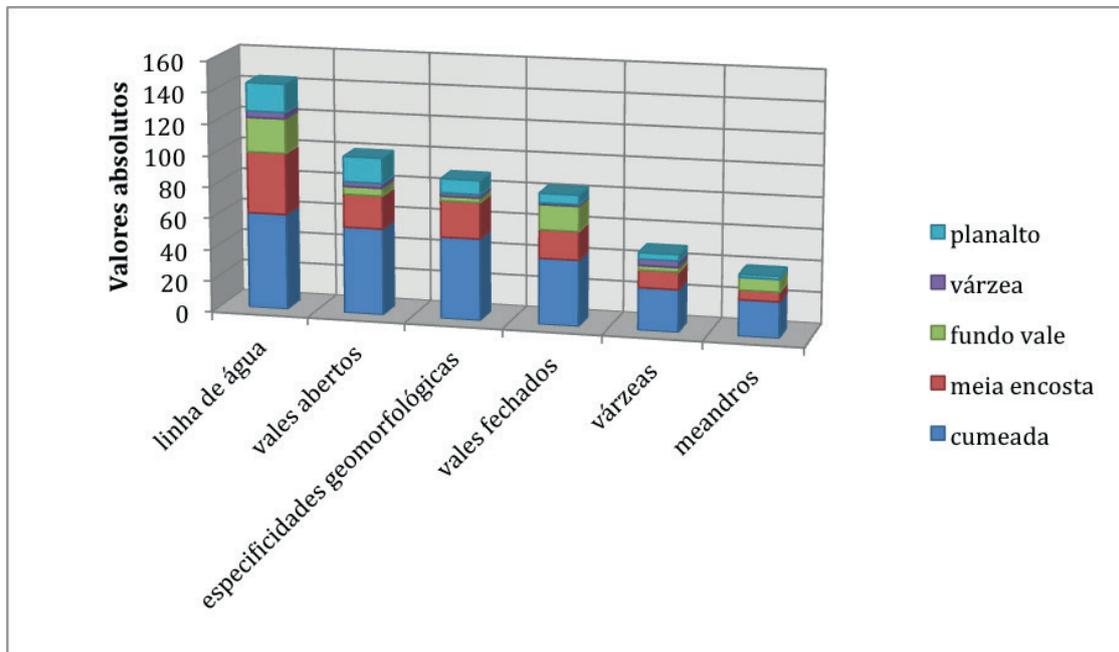


Fig: 6 - Implantação geomorfológica de diferentes tipos de sítios e a sua associação ao terreno.

A leitura imediata deste gráfico remete-nos para uma certa homogeneidade, tendo no entanto em conta, o total diferente de sítios em cada implantação. O preenchimento das barras são muito semelhantes, apenas com uma excepção: os sítios localizados no fundo de vales. Embora o total de sítios estatisticamente seja de apenas 14%, a observação reveste-se de grande importância; a curva destes sítios é contrária à dos outros, à excepção da variável linhas de água. Enquanto nos outros sítios, as barras descem e sobem nas mesmas variáveis, nos sítios de fundo de vale, as barras sobem em variáveis diferentes; parece existir uma maior importância dada principalmente aos meandros dos rios.

Se detalharmos um pouco, e analisarmos cada implantação, temos para os sítios de cumeada, além das linhas de água que como já vimos, estão associadas a quase todos os sítios identificados, as especificidades geomorfológicas relacionam-se com estes locais de cume a 85%. Os vales abertos e fechados articulam-se respectivamente a 90% e 67% com os sítios de cumeada. A associação directa às várzeas atinge os 44%, enquanto em relação aos meandros provocados pelas linhas de água apenas atinge os 36%.

Os sítios identificados como sendo de meia encosta, apresentam percentagens semelhantes aos sítios de cumeada. Os outros sítios, e tendo em consideração a sua baixa representatividade no universo total, optamos por não detalhar qualquer tipo de reflexão.

Torna-se agora evidente que a simples indexação dos sítios analisados a uma implantação topográfica torna a reflexão limitadora. É necessário encontrar outras formas, de olhar os sítios arqueológicos e sugerir outras análises<sup>9</sup>.

Uma dessas formas será sempre a reconceptualização de ideias já instaladas. No nosso caso concreto e tendo em conta o trabalho de prospecção feito ao longo dos anos, aliado ao preenchimento da base de dados levou-nos a deixar de olhar os sítios arqueológicos como até então eram tipificados:

<sup>9</sup> Uma reflexão diferente e complementar foi elaborada pelas professoras Laura Trindade e Assunção Araújo da FLUP através da elaboração de *viewsheds*/bacias de visão dos sítios de Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento. Este trabalho encontra-se ainda no prelo.

povoados fortificados e povoados abertos. Propusemos um primeiro esboço interpretativo em 2008 (apenas publicado em 2010), ligeiramente alterado em publicação que ainda se encontra no prelo, que aqui iremos referir. Tentámos sair do campo descritivo e ensaiar a interpretação relativamente à categorização dos sítios arqueológicos, independentemente da sua implantação geomorfológica<sup>10</sup>.

As categorias agora apresentadas não pretendem constituir-se como uma classificação tipológica relativa a sítios arqueológicos do 3.º e 2.º milénio AC. São apenas um exercício interpretativo baseado na prospecção até hoje efectuada e nos sítios intervencionados. Foram feitas novas visitas aos locais, tivemos em consideração os diversos elementos do terreno, assim como o preenchimento de uma ficha de campo (CARDOSO 2010: 299-426) para ordenar todos os sítios, aqui considerados, em determinadas “categorias”: recintos; especificidades geomorfológicas com ocupação; sítio com diferentes graus de materialidades e não circunscritos por muretes; abrigos; sítios de arte e locais impossíveis de determinar. Esta categorização tem evoluído ao longo dos últimos três anos, tendo em consideração as prospecções efectuadas, o evoluir dos trabalhos de escavação em curso e a colaboração estreita que temos mantido com o trabalho desenvolvido pelo Parque Arqueológico do Vale do Côa, especialmente com aqueles que se têm dedicado à prospecção do território<sup>11</sup>.

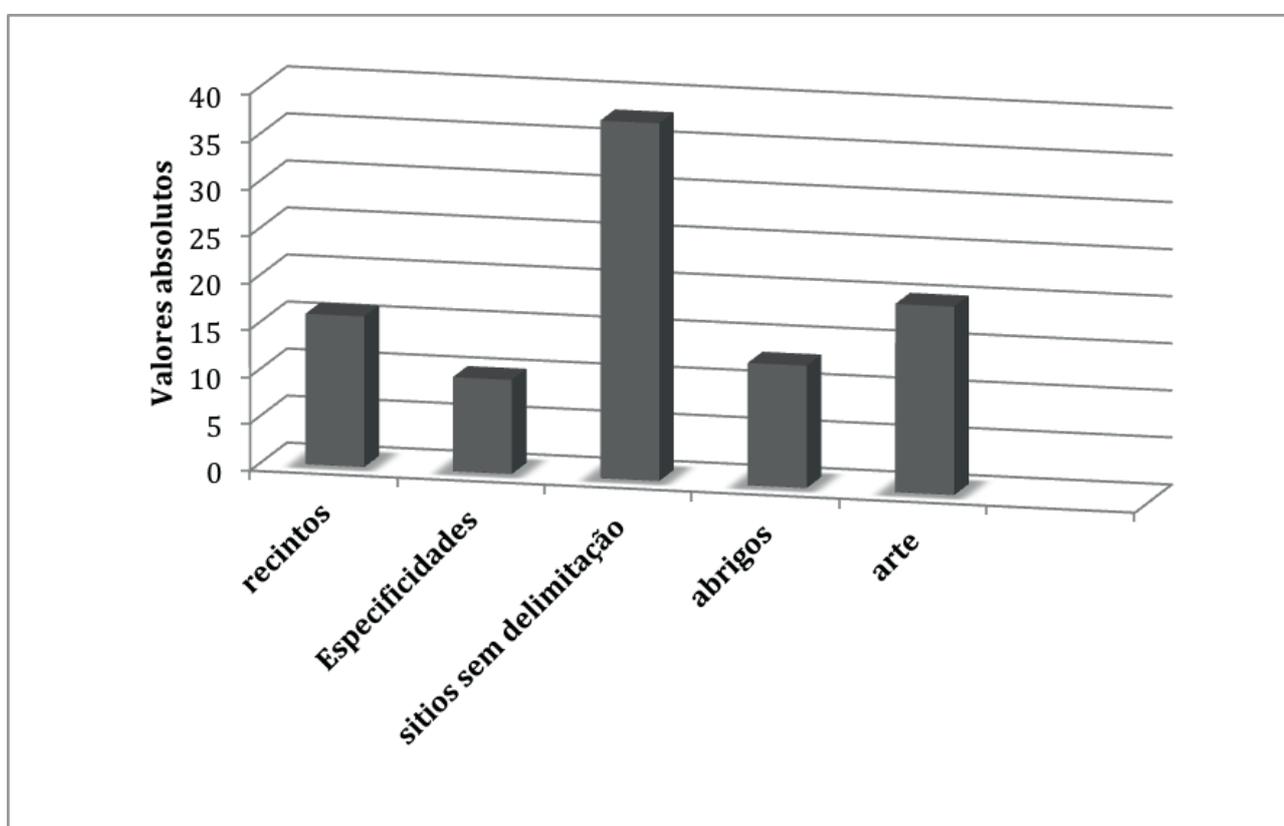


Fig: 7 - Distribuição de sítios por “categorias”<sup>12</sup>.

Para reflectirmos acerca destes números e deste gráfico será importante elaborarmos um quadro que compara estes sítios ao longo do trabalho de campo feito deste 2007. Assim, temos:

<sup>10</sup> A questão da categorização dos sítios arqueológicos encontra-se já bastante discutida em publicação anterior (CARDOSO, Muralha 2010: 396-405). A ideia central que queremos focar relaciona-se à importância de por vezes ser necessário redefinir quadros explicativos e interpretativos vigentes e permitirmo-nos reorientações teórico-metodológicas (veja-se por exemplo JORGE, S. (1994, 1998, 2003a, 2003b e 2005).

<sup>11</sup> Refiro-me especialmente a Mário Reis, Jorge Sampaio e Carla Magalhães.

<sup>12</sup> Para este gráfico não foram considerados os sítios indeterminados (41 no total), isto é, aqueles que não foi possível atribuir uma categoria.

QUADRO I - Comparação entre os sítios

	2007	2011	2013
<i>Recintos</i>	26%	26%	17%
<i>Especificidades geomorfológicas</i>	21%	14%	10%
<i>Sítios sem delimitação estrutural</i>	41%	46%	39%
<i>Abrigos</i>	5%	9%	13%
<i>Arte</i>	7%	5%	21%

A primeira observação mostra-nos um reflexo da metodologia empregue no trabalho de campo; iniciámos a prospecção procurando recintos em cumeadas, visitámos todas as especificidades geomorfológicas do nosso território de acção e apenas cartografámos os abrigos e a arte rupestre referenciada em publicações. Para o trabalho de 2011 demos uma atenção particular aos sítios sem delimitação estrutural e aos abrigos. Já para o trabalho agora publicado, olhámos o território na sua globalidade, tentando abarcar o maior número de áreas possíveis e incluímos os sítios da base de dados do Parque Arqueológico do Vale do Côa, o que nos permitiu ter uma outra visão do território.

A segunda observação relaciona-se às percentagens encontradas; os recintos deixam de ser cerca de um quarto dos sítios arqueológicos e passam a ser apenas 17%, percentagem que deve baixar ainda mais no decorrer dos trabalhos de campo. O mesmo se passa e passará com as especificidades geomorfológicas, pois a maior parte destas grandes cumeadas já foi prospectada. As categorias restantes serão aquelas que deverão aumentar percentualmente.

A terceira observação terá que ter sempre em conta o nosso quadro reflexivo e interpretativo. A contínua cartografia de um território, a categorização dos sítios e o preenchimento da base de dados irá dar origem a vários níveis de reflexão que transformam sistematicamente este território em paisagem; colocam no terreno lugares de observação dinâmicos e móveis, colocam cartografias de visibilidades, sejam imediatas, sejam conectividades visuais longínquas, colocam no terreno linhas de mobilidade, nós de passagens sucessivos. A mobilidade reveste o território de várias dimensões; sensitivas, exploratórias, vivenciais, corporizando esse território como um lugar de habitação.

#### 4. A REFLEXÃO

Impõe-se agora uma pequena reflexão. Pensar as paisagens, pensar nas paisagens, pensar através das paisagens, tem sido um campo de estudo imenso na historiografia interpretativa da arqueologia (DAVID e THOMAS 2010). Hoje, pensar sobre paisagens é pensar na própria paisagem. Durante décadas a paisagem forneceu ao arqueólogo uma rede organizada de sítios e ambientes para contextualizar observações e estabelecer relações e paralelos entre sítios de um período em particular. Neste vector interpretativo a paisagem apresentava a oportunidade para investigações diacrónicas de uma determinada região. A paisagem durante longos anos foi igualmente entendida como um agregado de recursos, dando ao homem as oportunidades e limitações para o seu desenvolvimento. Neste outro vector de uma arqueologia da paisagem são as relações espaciais entre pessoas e as matérias-primas e fontes de água que emergem como importantes.

Hoje em dia se reconhecemos o princípio de que o mundo onde os homens viviam não é simplesmente um cenário para a sua acção quotidiana, nem um palco de obtenção de bens essenciais, mas sim é integral e incorporando toda a actividade humana, a paisagem torna-se um ponto de referência e um objectivo contextual. Hoje, o pensar através das paisagens, torna esta reflexão mais social onde os lugares assumem um envolvimento experiencial, a arqueologia da paisagem deixa de ser uma arqueologia de causas e consequências do comportamento humano num determinado espaço físico. Ao darmos uma dimensão social à paisagem expandimos o ênfase da sugestão interpretativa para campos de interacção

entre pessoas e entre comunidades, a forma como se organizam e como os ritmos sazonais de vivências (ritmos temporais e sociais) são vividos. Por outro lado, a nossa localização na paisagem contribui para a nossa argumentação conceptual, para a forma como estamos e interagimos num território, levando-nos a reflectir. E reflectir sobre paisagens é também encontrar caminhos na paisagem, caminhos interpretativos e mobilidades ao longo dessa paisagem. As pessoas habitam e movimentam-se numa paisagem conhecida e experienciada. Além disso, pensar sobre paisagens envolve formas nas quais as pessoas dividem o mundo em territórios, em áreas culturalmente reguladas, em lugares apropriados a determinadas condutas, associados a determinadas pessoas, ou reservados a comunidades específicas.

É esta forma de reflexão que nos interessa explorar. A paisagem não é fixa, não é unidimensional, interessa-nos o território como constantemente percorrido, explorado e habitado. A mobilidade neste quadro de reflexão e interpretação assume-se primeiro como um dado arqueológico e depois como um factor contextual. Será o estudo da mobilidade enquanto contexto de um território que nos poderá sugerir outras interpretações que não aquelas que definem mobilidade apenas associada às “vias naturais” de circulação, isto é, às vias de fácil acesso e penetração natural. Será importante esclarecer o que entendemos por mobilidade e o seu estudo enquanto contexto. Começamos por referir que mobilidade terá que ser sempre pensada enquanto acção num determinado território. Uma acção dinâmica que utiliza um espaço tridimensional e que sendo dinâmica se poderá traduzir no conceito de linhas de mobilidade; de percursos complexos numa paisagem. A mobilidade é, como já referimos, dinâmica e sendo móvel interliga-se e relaciona-se sistematicamente a outras espacialidades componentes do território; um vale aberto, um troço de rio que permite a passagem a vau, um estreitamente de um vale, os vários acessos a uma cumeada. As linhas de mobilidade existem sempre que alguém percorre um determinado território e quantas vezes o percorrer, inscreverá nele uma linha, existindo assim, não redes de circulação, mas sim um fluido contínuo de mobilidades. Cada percurso torna-se uma confluência particular e única, quer de relações vivenciais que o homem mantém ao longo desse percurso, quer como sua parte integrante, tornando-se assim um objecto contextual. Podemos sugerir que é ao longo da paisagem que as comunidades se identificam e se constroem. A paisagem torna-se um lugar constante de acção, como os recintos, como os abrigos, como todos os outros sítios que hoje categorizamos.

Vejamos então as categorias propostas.

Como as definimos? Onde se implantam na paisagem os vários tipos de sítios? Qual o seu papel numa hipotética paisagem que ao longo de 1500 anos (3.º milénio e primeira metade do 2.º AC) foi constantemente percorrida, vivida, habitada?

A definição destas categorias foi já objecto de publicação (CARDOSO 2010: 330/337). Relembremos apenas as suas características principais: os recintos são sítios de cumeada delimitados por uma ou mais linhas de muretes. Estas linhas definidoras de um espaço apresentam interrupções (passagens, estruturas subcirculares incorporadas), por vezes os vestígios de ocupação não se limitam ao seu topo, existindo ao longo da encosta; as especificidades geomorfológicas são locais proeminentes na paisagem e muito visíveis, podem corresponder a uma característica geológica do terreno (cristas quartzíticas, formações graníticas tipo *tor*, ou colinas de formato cónico), têm poucas materialidades e estruturas efémeras; os “sítios sem delimitação estrutural” não apresentam estruturas de tipo positivo ou negativo que os delimitem (muretes, valados ou fossos), localizam-se maioritariamente em áreas abertas (vales abertos, várzeas) ou fechadas (vales estreitos) e estão próximos a linhas de água e/ou nascentes, alguns locais estão implantados em áreas marcadas por evidências geológicas e/ou morfológicas do terreno, caso de grandes blocos de granito, ou pequenas elevações e plataformas; os abrigos são geralmente afloramentos rochosos que delimitam espaços abrigados; por último os sítios de arte referem-se a painéis rochosos onde foram identificados pinturas e/ou gravuras que de uma forma geral se pode atribuir à pré-história recente.

Passemos à segunda questão colocada; onde se implantam na paisagem os vários tipos de sítios?

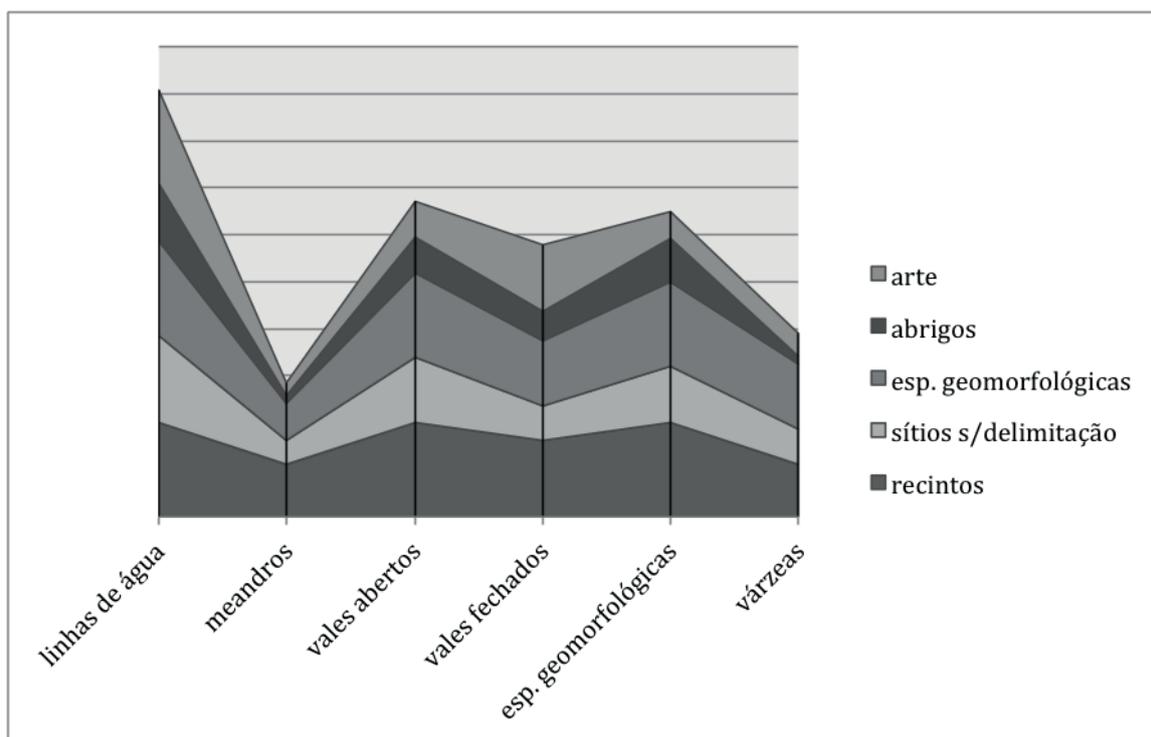


Fig. 8 – Categorias de sítios e sua associação ao terreno.

Algumas observações à leitura deste gráfico, de baixo (recintos) para cima (arte). Como chave de leitura simples, podemos dizer que quanto mais uma linha se apresenta recta, mais relações homogêneas essa categoria terá com a paisagem e quanto mais larga for a barra horizontal, mais forte é a relação entre a categoria e a qualidade constitutiva da paisagem.

Os recintos demonstram uma grande homogeneidade à escala de uma paisagem visível. Abarcam quase por igual todas as características do terreno; as linhas de água, os vales abertos e as especificidades geomorfológicas a 100%, os vales fechados a 81% e apenas os meandros e as várzeas atingem os 56%. A uma análise mais global podemos referir que os recintos estão perfeitamente implantados numa paisagem, fazem parte do seu contexto global. O que se vê daqui [recintos] e o que está ali, são complementares.

Os sítios sem delimitação estrutural parecem ter outro tipo de sentido na paisagem. A sua implantação não parece obedecer a características englobantes. Não existem relações a 100%, apenas as linhas de água se aproximam com 95% e os vales abertos com 74%. Todas as outras características possuem valores mais baixos; meandros a 25%, vales fechados a 37% e várzeas a 39%. A distribuição das características da paisagem não são homogêneas, levando-nos a sugerir que o que terá presidido à sua implantação não terá sido a paisagem como contexto global.

Nas especificidades geomorfológicas a situação é semelhante aos recintos. Todas as categorias analisadas têm uma percentagem alta; linhas de água 100%, vales abertos e especificidades geomorfológicas 90%, vales fechados e várzeas a 70%. Apenas os meandros surgem numa percentagem inferior (40%). A relação com a paisagem é igualmente englobante, mas aqui a relação parece ser diferente. A visibilidade da categoria “especificidade geomorfológica com ocupação” e outros sítios existe mas é sempre indistinta. A implantação desses locais é observada, mas não perceptível.

Os abrigos apresentam uma forte dissonância relativamente às outras categorias. Tendencialmente os valores de relação entre eles e características do terreno são baixos; vales abertos 38%, vales fechados 31%, várzeas e meandros a 8%. Apenas as linhas de água apresentam uma relação mais fortalecida (61%) e as especificidades geomorfológicas 48%. Não parece existir uma relação englobante com a paisagem, mas sim uma relação mais parcelar, mais associada a linhas de água.

Os sítios com arte possuem igualmente uma relação de contrastes com a paisagem. As linhas de

água estão relacionadas a 95% e os vales fechados a 65%. Todas as outras características se situam abaixo dos 50%; meandros a 10%, várzeas a 25%, especificidades geomorfológicas a 30% e vales abertos a 40%. Podemos sugerir o primado da água e uma procura por vales mais encaixados com linhas de água. No estado actual da investigação pouco mais se poderá dizer.

Olhemos agora para o território com um enfoque mais reflexivo e podemos ensaiar a resposta à terceira e última questão colocada anteriormente; qual o papel destes sítios agora categorizados, numa hipotética paisagem que ao longo de 1500 anos (3.º milénio e primeira metade do 2.º AC) foi constantemente percorrida, vivida, habitada?

Os recintos possuem uma clara implantação relativa às questões de visibilidade e intervisibilidade. Dois terços possuem pelo menos 180 graus de amplitude visual, detêm no mínimo uma relação de intervisibilidade com outro recinto e todos “olham” paisagens abstractas, indefinidas onde existem outros sítios que não recintos. A sua relação com as especificidades geomorfológicas é evidente, pois todos têm igualmente uma conexão visual com uma ou mais destas características da paisagem. As linhas de água detêm uma relação importante pois todos eles se relacionam com um rio importante, quer seja o rio Douro, quer o rio Côa. A implantação dos recintos parece “encaminhar” estes lugares para vários pontos da paisagem. Podemos sugerir que de um ponto de vista da implantação geomorfológica os recintos localizam-se em áreas que dominam a paisagem, não no sentido de controle económico de um território, mas num sentido de percepção desse território. A paisagem que observam, é uma paisagem constantemente percorrida, habitada, é um elemento identitário dessa comunidade que se corporiza no próprio lugar, no recinto. Hoje, e tendo em consideração os trabalhos de escavação em Castelo Velho de Freixo de Numão (JORGE 2005) e Castanheiro do Vento (CARDOSO 2010), estes sítios foram objecto de constantes reformulações e configurações. Este trabalho contínuo de conformação e manutenção dos lugares terá envolvido tempos específicos de trabalho que parece prefigurar um papel de carácter mais identitário. A mobilidade na paisagem associada às tarefas desempenhadas no sítio reforçariam os laços de uma comunidade entre si e entre uma paisagem, um território. As tarefas construtivas são aos mesmo tempo tarefas sociais e temporais, pois são desempenhadas pela comunidade em determinados tempos. A acção estruturadora do sítio, seria ao mesmo tempo uma acção construtora da própria comunidade. Uma comunidade bastante móvel, lassa que se reuniria neste sítios onde acções da ordem do social poderiam acontecer: negociações, obtenção de consensos, reformulações e manutenção do lugar.

As especificidades geomorfológicas acentuariam o papel identitário de uma comunidade e a identificação com um território. Seriam elementos polarizadores de áreas e mobilidades, seriam elementos que integrariam uma comunidade num território e ao mesmo tempo eram integradores dessa paisagem, pois são pontos constantes nas linhas de horizonte de quase todos os sítios e especificamente dos recintos, e de toda a paisagem. Existem percursos que atingem o seu topo e permitem uma aproximação visual a um “território” que uma comunidade começa a sentir como seu, de uma forma diferente das populações do 3.º milénio A.C. e que será diferente das populações de finais do 2.º milénio A.C.

Os sítios sem delimitação estrutural e os abrigos estão implantados ao longo da paisagem onde a mobilidade acontece. Teremos sempre de os ver como pontos ao longo de caminhos e não como pontos centrais de uma determinada comunidade. Se os considerarmos desta forma mais fluída olhamos a paisagem não como um contentor de sítios e comunidades, mas sim como contextos relacionais de compromissos com a paisagem (BARRETT 1994, McFADYEN 2010, CARDOSO 2010). Cerca de um terço, caracterizam-se por terem uma visibilidade próxima mas ao mesmo tempo, abrangente, possuem poucas intervisibilidades e estão todos implantados em áreas próximas a grandes vales abertos e várzeas. Todos estão relacionados com especificidades geomorfológicas, quer directamente, quer na linha do horizonte. Outros possuem uma visibilidade ampla, mas ao mesmo tempo truncada. São sítios muito diferentes entre si e com implantações também um pouco diversificadas. No estado actual da investigação é difícil sugerir algo mais<sup>13</sup>. O que podemos dizer é que estes sítios fazem parte deste território dinâmico, percorrido e habitado. Futuramente a investigação terá que contemplar estes sítios em ordem à sua escavação para

<sup>13</sup> Esperamos a publicação dos trabalhos arqueológicos do sítio do Fumo, objecto de um PNTA liderado por Glória Donoso.

tentarmos detectar outras arquitecturas, outros elementos configurativos, relacionando a sua implantação com as suas materialidades, problematizando.

Os sítios com arte foram objecto de uma primeira reflexão (CARVALHO e BAPTISTA 2002) onde se referia a escolha dos fundos de vale na confluência do rio Côa para a sua instalação. Hoje existe um projecto de investigação para os abrigos com pintura<sup>14</sup>. Este projecto pretende elaborar um estudo integrado em arte e arqueologia onde se deverá reflectir e problematizar a materialidade constitutiva da paisagem, seja ela o artefacto, o abrigo, a própria paisagem. Ainda se encontra no seu início e observações ainda não podem ser feitas, mas julgamos que os sítios com arte, irão revelar-se ao nível da sua implantação e inserção na paisagem como fundamentais para se sugerir novas mobilidades, novas arquitecturas e materialidades e contextualizá-las com os outros sítios e com a paisagem.

Como temos vindo a observar, não são apenas os sítios arqueológicos por si que dinamicamente estruturam um território, são igualmente as mobilidades constantes, a diversidade dos sítios, a variabilidade de implantações, os diversos significados que possuem e o contínuo habitar da paisagem. Esta dinâmica acontece a diversas escalas e diferentes temporalidades. Os recintos, as especificidades geomorfológicas com ocupação, os sítios sem delimitação estrutural, os abrigos e os sítios com arte são parte integrante deste “recortado” e provavelmente constituiriam um reflexo das relações sociais dessa(s) comunidade(s). Uma comunidade cujas relações entre grupos seriam lassas, segmentadas, “móveis”. O poder estaria repartido por um número variável de pessoas e onde estes sítios que hoje escavamos começam a exercer um papel, apenas observável no tempo longo, de identificação com um grupo e ao mesmo tempo com um território, de sedimentação de uma ordem e de um sentido de pertença.

*“A paisagem é um imbricado de acções onde as dicotomias natural/cultural, doméstico/sagrado não têm significado. A paisagem, o homem, as acções são contextos intrínsecos ao habitar. São um só, não no sentido de unidade, mas sim de variabilidade enquanto percorrido, tecido, habitado” (CARDOSO 2010: 426).*

É esta perspectiva do habitar que é necessário explorar. A paisagem é vivida através de um contínuo tecer, de um contínuo trabalhar a experiência, a acção e potencialidades que ela diariamente nos traz. Não é a sedimentação histórica que potencia a paisagem, é o seu significado envolvido numa composição de identidades e de acções. A paisagem é encontrada e não fabricada. Os sítios, e especialmente aqueles que se apresentam arquitecturalmente mais “complexos” (como os recintos), começam a exercer um papel de identificação com um grupo e com um território, ao mesmo tempo que se sedimenta uma ordem e um sentido de pertença. As memórias e as identidades estão inscritas numa prática social, prática essa que acontece na conformação, por vezes labiríntica, dos recintos. A paisagem é um sujeito a descobrir e torna-se um imbricado de acções, torna-se um contexto intrínseco ao habitar, torna-se total na sua diversidade e variabilidade. Não existe compartimentada por sítios, linhas e redes, existe sim como lugar constantemente utilizado e reformulado, habitado e abandonado. A existência humana, as comunidades humanas para o serem envolvem o estar em algum lugar. O estar nesse lugar traduz-se em experiências, em significados, tornando a paisagem um lugar habitado, um lugar corporalmente percebido. Desta forma a acção de uma comunidade não passa pelo conhecimento do território para o utilizar como recurso económico, não passa por perceber a paisagem como cenário de movimentações sociais, não passa pela mobilidade entre sítios. A acção é tudo isto no sentido em que a paisagem é totalmente visível, incorporada nas comunidades, pois é vivida, percorrida e habitada. A paisagem fixa memórias e experiencia lugares ganhando assim um significado identitário (CLACK 2011: 116). É uma paisagem totalmente visível e incorporada nas comunidades. Não podemos dentro deste quadro interpretativo encontrar “modelos de ocupação do espaço”: lugares centrais, povoados fortificados, povoados abertos. Esta ordenação territorial não existe, nem parecem existir lugares directamente conectados, pela simples razão de que a paisagem é sistematicamente definida e redefinida, organizada e reorganizada; os recintos constantemente trabalhados, os sítios sem delimitação estrutural, os abrigos, os sítios com arte, todos

<sup>14</sup> *Projecto Art-Facts: Uma investigação sobre os contextos arqueológicos da Arte Esquemática no vale do Côa*. Lara Bacelar Alves, João Muralha Cardoso, Mário Reis e Bárbara Carvalho, aprovado pela tutela em 2012.

fazem parte de um território que implica um movimento constante, uma mobilidade: pescar em vários locais de rios ou ribeiras, caçar em diferentes pontos, seguir animais, recolher frutos em locais diversos, cultivar pequenos nichos de terra. A paisagem, o território do 3.º milénio e da primeira metade do 2.º milénio A.C. estruturam-se dinamicamente, ao mesmo tempo que as comunidades que o habitam se estruturam a elas próprias (CARDOSO 2010). Será um processo de tempo longo, de várias escalas, onde as diferentes acções e experiências numa paisagem total, as diferentes arquitecturas, vão lentamente sedimentando um território, constituindo uma identidade.

Será como vimos, um processo de tempo longo. Um processo que irá constituir uma identidade social colectiva, colectiva porque envolve uma comunidade, um território e uma memória. Neste momento a reflexão sobre a emergência do poder, no seu sentido mais abrangente, relacionada com a paisagem, com um território, torna-se premente, pois qualquer acção colectiva está inscrita numa espacialidade, está inscrita num contexto e as sociabilidades do 3.º milénio e primeira metade do 2.º milénio AC vão-se sedimentando e alterando indo confluír numa nova forma de estar na paisagem, numa nova forma de olhar um território, numa nova forma de práticas sociais que o final do 2.º milénio AC nos parece trazer.

Março de 2013.

## 5. BIBLIOGRAFIA

AUBRY, Thierry, CARVALHO, A. M., (1998) - “O povoamento pré-histórico do Vale do Côa, síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997)”, *Côavisão*, n.º 0, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 23-34.

BARRETT, John, C., (1994) - “Defining domestic space in the Bronze Age of Southern Britain”, *Architecture and Order, Approaches to social space*, edited by M. Pearson e C. Richards, London, Routledge, pp. 87-97.

CARDOSO, João Muralha (prelo) - “Castelo Velho de Freixo de Numão, um sítio, uma paisagem”, in *Monografia de Castelo Velho de Freixo de Numão*, DRC-Norte.

CARDOSO, João Muralha (2010) - Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3.º e 2.º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional, *Vessants Arqueologia i Cultura*.

CARDOSO, João Muralha (2012) - “Castanheiro do Vento: Uma historiografia de percursos interpretativos” in M. Jesus Sanches, J. P. Cunha-Ribeiro, S. Monteiro-Rodrigues (eds.) - *Discursos em Arqueologia, Textos oferecidos ao Professor Vítor Oliveira Jorge*, Braga, CEACUP Coimbra-Porto, pp. 67-94.

CARVALHO, António Faustino (2003) - “O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 996-2000)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 6, número 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 229-273.

CARVALHO, A. F. e BAPTISTA, A. M. (2002) - “Late Prehistory and Rock-art in the Côa Valley (Northeast of Portugal), 67th Annual Meeting of the Society for American Archaeology, Denver.

CARVALHO, P. S. (2005) - *A Necrópole Megalítica da Senhora do Montre (Penedono — Viseu). Um Espaço Sagrado Pré-histórico da Beira Alta*, 232 pp. [Estudos Pré-históricos, vol. XII].

CLACK, Timothy (2011) - “Thinking Through Memoryscapes: Symbolic Environmental potency on Mount Kilimamjaro, Tanzania”, in Timo Myllyntaus (ed.) - *Thinking Through the Environment: Green Approaches to Global History*. Cambridge: White Horse Press, pp. 115-134.

COIXÃO, A., CRUZ, A., SIMÃO, P. (2009) - *Carta Arqueológica do Concelho da Mêda*, Coimbra, Câmara Municipal da Mêda.

COIXÃO, António do Nascimento Sá (1996) - *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

CUMMINGS, Vicki e WHITTLE, Alasdair (2004) - *Places of Special Virtue, Megaliths in the Neolithic Landscape of Wales*, Cardiff Studies in Archaeology, Oxbow Books.

DAVEAU, Suzanne (2000) - *Portugal Geográfico*, 3.ª edição, Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda.

DAVID B. e THOMAS, J. (2010) - *Handbook of Landscape Archaeology*, ed. By Bruno David e Julian Thomas, Walnut Creek, Left Coast Press.

- EDMONDS, Mark (1999) - *Ancestral Geographies of the Neolithic, landscape, monuments and memory*, London and New York, Routledge.
- FELD, Steven (1996) - "Waterfalls of Song: An Acoustemology of Place Resounding in Bosavi, Papua New Guinea" *Senses of Place*, edited by Steven Feld e Keith Basso, Santa Fé, New Mexico, School of American Research Press, pp. 91-137.
- FERREIRA, António e Brum (1971) - "O Rebordo Ocidental da Meseta e a depressão tectónica da Longroiva", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. VI-12, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- FERREIRA, António e Brum (1978) - Planaltos e Montanhas do Norte da Beira, Estudo de Geomorfologia, *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, n.º 4, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- FERREIRA, João Albino Pinto (1954) - *Freixo de Numão, Apontamentos*, Porto, Edições Mâranus.
- FERREIRA, João Albino Pinto (1957) - *Antiguidades de Numão*, Porto, Edições Mâranus.
- FERREIRA, João Albino Pinto (1966) - "Numão pré-histórico", *Arqueologia e História*, volume XII, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 113-122.
- FERREIRA, Pedro e RIBEIRO, M. Luísa (1995) - "Cartografia geoquímica do Maciço Granítico de Freixo de Numão: implicações petrogenéticas e geodinâmicas", *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, t. 81, Lisboa, pp. 9-22.
- FIGUEIRAL, Isabel (1993) - "Anexo 1 Castelo Velho - Análise Antracológica (1.º relatório)", *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. 33, Fasc. 1-2, Porto, Sociedade Portuguesa da Antropologia e Etnologia, pp. 217-219.
- FIGUEIRAL, Isabel (1998) - "Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). Os restos vegetais carbonizados", *Côavisão, Cultura e Ciência*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, n.º 0, pp. 43-48.
- FIGUEIRAL, Isabel (1999) - "Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). The charcoalfied plants remains and their significance", *Journal of Iberian Archaeology*, ADECAP, Braga, Volume 1, pp. 259-267.
- GASPAR, Jorge (1993) - *As Regiões Portuguesas*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional.
- GELL, A. (1995) - "The language of the forest: landscape and phonological iconism in Umeda", in E. HIRSCH and M. O'HANLON, *The anthropology of landscape: perspectives on place and space*, Oxford, Oxford University Press, pp. 232-254.
- GIBSON, James J. (1986) - *The Ecological Approach to Visual Perception*, London, Lawrence Erlbaum associates, publishers.
- GOMES, L. F. C. (1996) - *A Necrópole Megalítica da Lameira de Cima (Penedono, Viseu)*, Viseu, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 196 pp., XXIV estampas [Estudos Pré-históricos, vol. IV].
- GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. S.; PERPÉTUO, J. M. A.; MARRAFA, C. (1998) - O Dólmen de Areita (S. João da Pesqueira, Viseu), *Estudos Pré-históricos* 6, pp. 33-93 [Actas do Colóquio "A Pré-história na Beira Interior" (Tondela, Nov. 1997)].
- HAMILTON, Sue e WHITEHOUSE, Ruth (2006) - "Three senses of dwelling: Beginning to socialise the Neolithic ditched villages of the Tavoliere, Southeast Italy", Approaching "Prehistoric and Protohistoric Architecture of Europe From a Dwelling Perspective", in Vitor Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso, Ana Margarida Vale, Gonçalo Leite Velho e Leonor Sousa Pereira (eds.) - *Proceedings of the TAG session, Sheffield 2005*, Porto, ADECAP, 2006, pp. 159-184.
- INGOLD, Tim (2000) - *The Perception of the Environment, Essays in livelihood, dwelling and skill*, Londres, Routledge.
- INGOLD, Tim (2007) - "Materials against Materiality" *Archaeological Dialogues*, 14.
- INGOLD, Tim (2011) - *Being Alive Essays on movement, knowledge and description*, Londres, Routledge.
- JONES, Andrew (2007) - *Memory and Material Culture*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JORGE, Susana Oliveira (1993) - "O Povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história recente do norte de Portugal", *Actas do I.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. 33, Fasc. 1-2, Porto, Sociedade Portuguesa da Antropologia e Etnologia, pp. 179-216.
- JORGE, Susana Oliveira (1994) - "Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular", *Separata da Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. XI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 447-546.
- JORGE, Susana Oliveira (1998) - "Castelo Velho de Freixo de Numão (V.ª N.ª de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação", *Estudos Pré-históricos*, Vol. VI, Actas do Colóquio A Pré-História na Beira Interior (Tondela, 21 a 23 de Novembro de 1997), Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 279-294.
- JORGE, Susana Oliveira (2003a) - "Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica", *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp. 13-50.

JORGE, Susana Oliveira (2003b) - "Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão", *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp. 63-84.

JORGE, Susana Oliveira (2005) - *O Passado é Redondo, Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Biblioteca de Arqueologia, Porto, Edições Afrontamento.

JORGE, Susana Oliveira, JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2005) - "Preliminary considerations on forms of spatial organization and construction techniques in late prehistoric sites (Chalcolithic/ Bronze Age) of the type of Castelo Velho and Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – resemblances and differences in comparison with megalithic and similar constructions", *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 7, Porto, ADECAP, pp. 101-124.

JORGE, Susana Oliveira, OLIVEIRA, Maria de Lurdes, NUNES, Susana e GOMES, Sérgio (1998/99) - "Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)", *Portugália*, nova série, vol. XIX-XX, Porto, DCTP, FLUP, pp. 29-70.

JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2002a) - "Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro)", *Côavisão, Cultura e Ciência*, 4, pp. 73-93.

JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2002b) - "Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper/ Bronze age sites in northern Portugal", in Chris Scarre (ed.) - *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*, Londres, Routledge, pp. 36-50.

JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003a) - "O Recinto Pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): balanço sucinto das pesquisas realizadas de 1998 a 2003", *Portugália*, nova série, vol. XXIV, Porto, DCTP, FLUP, pp. 5-24.

JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003b) - "Campanha de escavações arqueológicas no ano de 2002 no sítio do Castanheiro do Vento Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa", *Côavisão, Cultura e Ciência*, 5.

JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003c) - "Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal – recent research (1998-2002)", *Journal of Iberian Archaeology*, Vol. 5.

JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003d), "A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> de Foz Côa)", *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/ Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.79-114.

JORGE, Vítor Oliveira, MURALHA, João, PEREIRA, Leonor Sousa, VALE, Ana e COIXÃO, António Sá (2005a) - "Morfologia Construtiva do Recinto pré-histórico de Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo das convencionalmente designadas "estruturas de condenação", *Almadan*, II série, n.º13, pp. 25-35.

MCCARTHY, Mike (2010) - "Boundaries and the Archaeology of Frontier Zones", in Bruno David e Julian Thomas (eds.) - *Handbook of Landscape Archaeology*, Walnut Creek, Left Coast Press, pp. 202-209.

MCFADYEN, Lesley (2010), "Building and Architecture as Landscape Practice", in Bruno David e Julian Thomas (eds.) - *Handbook of Landscape Archaeology*, Walnut Creek, Left Coast Press, pp. 307-314.

MCGLADE, John (1999) - "Archaeology and the Evolution of Cultural Landscapes: Towards an Interdisciplinary Research Agenda", in P. Ucko and R. Layton (eds.) - *The Archaeology and Anthropology of Landscape: Shaping Your Landscape*, London, Routledge.

MEDEIROS, Carlos Alberto (2000) - *Geografia de Portugal, Ambiente Natural e Ocupação Humana, Uma Introdução*, 5.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1945) - *Phénoménologie de la perception*, Bibliothèque des Idées, Librairie Gallimard.

MURALHA, João (1996) - *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numa. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

QUEIRÓS, Paula e LEEWAARDEN, Win van (2003) - "Estudos de Arqueobotânica em quatro estações pré-históricas do Parque Arqueológico do Vale do Côa", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 6, n.º 2, pp. 275-291.

RIBEIRO, M. L. (2001) - *Notícia Explicativa. Carta Geológica simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Parque Arqueológico do Vale do Côa.

RIBEIRO, Orlando (1986) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1961a) - “Prospecções arqueológicas na região de Longroiva”, *Beira Alta*, ano XX, n.º 2, (2.ª série), Viseu, Junta Distrital de Viseu, pp. 267-270.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1961b) - “Contributo para o estudo da idade do Bronze em Portugal”, *Beira Alta*, ano XX, n.º 1, (2.ª série), Viseu, Junta Distrital de Viseu, pp. 3-13.

RODRIGUES, Adriano Vasco (2002) - *Terras da Meda, natureza, cultura e património*, Coimbra, Câmara Municipal da Meda (2.ª edição).

SILVA, Cristina Maria Costa (1996) - *O Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro do povoamento da 2ª metade do IIIº milénio a.C. / 1ª metade do IIº milénio a.C., no Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

SOARES, L. e ARAÚJO A. (prelo) - “Castelo Velho de Freixo de Numão - enquadramento geomorfológico”, in *Monografia de Castelo Velho de Freixo de Numão*, DRC-Norte.

THOMAS, Julian (2005) - *Archaeology and Modernity*, London and New York, Routledge.

THOMAS, Julian (2010) - “Archaeology, Landscape and Dwelling” in Bruno David e Julian Thomas (eds.) - *Handbook of Landscape Archaeology*, Walnut Creek, Left Coast Press, pp. 300-306.

TILLEY, Christopher (1994) - *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*, Oxford, Berg.

VALE, Ana Margarida, CARDOSO, João Muralha e JORGE Vítor Oliveira (2006) - “Recintos Murados e/ou Colinas Monumentalizadas no Nordeste de Portugal? O Caso de Castanheiro do Vento, Vila Nova de Foz Côa”, in Mariana Correia e Vítor Oliveira Jorge (eds.) - *TERRA: Forma de Construir*, Lisboa, Argumentum, pp. 98-105.

VARELA, José Manuel (2000) - *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio do castelo velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), Tradição e inovação na transição do III.º para o II.º milénio a.C.*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dois volumes, edição policopiada.

VV.AA (1997) - *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa, Trabalhos de 1995-1996*, coordenação de João Zilhão, Lisboa, Ministério da Cultura.

ZEDENO, Maria Nieves (2010) - “The Archaeology of Territory and Territoriality”, in Bruno David e Julian Thomas (eds.) - *Handbook of Landscape Archaeology*, Walnut Creek, Left Coast Press, pp. 210-217.

## ANEXO

Listagem provisória de sítios arqueológicos identificados. Uma lista completa e com toda a informação da base de dados será publicada no final do projecto de pós-doutoramento que o autor desenvolve. As letras que por vezes surgem no número de sítio, referem-se ao conjunto a que pertencem no mapa da figura 3.

N.º de Sítio	Topónimo	Distrito	Concelho	Freguesia	Tipo de sítio
1	Castanheiro do Vento	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Horta do Douro	Cumeada
2	Castelo Velho de Freixo de Numão	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Freixo de Numão	Cumeada
3	Quinta de Alfarela	Bragança	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Cumeada
4	Nossa Senhora de Urros	Bragança	Torre de Moncorvo	Urros	Cumeada
5/C	Vale da Veiga II	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Longroiva	Várzea
6/C	Curral da Pedra	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Meia Encosta
7/C	Curva da Ferradura	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Meia Encosta
8/B	Vale Mateus	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Almendra	Meia Encosta
9/G	Quinta da Torrinha	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Cumeada
10/O	Castelo de Algodres	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Cumeada
11/O	Barrocal Tenreiro	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Planalto
12	Castelo de Numão	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Numão	Cumeada
13	Castro de São Jorges	Guarda	Meda	Ranhados	Cumeada
14	Salto do Boi/Cardina	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Santa Comba	Fundo de vale
15	Quinta dos Gamoais de Baixo	Guarda	Meda	Longroiva	Várzea
16/C	Vale da Veiga I	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Longroiva	Várzea
17/C	Castelo Velho de Tambores	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Cumeada
18/B	Fumo	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Almendra	Cumeada
19/H	Mouchão da Faia	Guarda	Pinhel	Cidadelhe	Fundo de vale
20/F	Tourão da Ramila	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Santa Comba	Meia Encosta
21	Castelo Velho do Monte Meão	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Vila Nova de Foz Côa	Cumeada
22	Castelo Velho das Mós do Douro	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Mós do Duro	Cumeada
23	Castelo Velho de Santa Comba	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Santa Comba	Meia Encosta
24	Abrigos do Vale Ferreiro	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Freixo de Numão	Meia Encosta
25	Abrigos da Painova	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Freixo de Numão	Meia Encosta
26	Citânia da Teja ou Sobreiral	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Numão	Cumeada
27	Campanas	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Mós do Douro	Cumeada
28	Raza I	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Numão	Meia Encosta
29	Alto de Santa Eufémia	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Freixo de Numão	Cumeada
30	Vale Minhoto	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Touça	Meia Encosta
31	Calábria (Monte do Castelo)	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Almendra	Cumeada
32	Zaralhôa	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Numão	Cumeada
33	Alto do Castelo ou Tapadão	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Cumeada
34	Castelos (Seixas)	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Seixas do Douro	Cumeada
35	Castelos (Santa Comba)	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Santa Comba	Meia Encosta
36/A	Quinta da Barca	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Santa Comba	Fundo de vale
37	Penascosa	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Castelo Melhor	Fundo de vale
38/C	Lapas	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Meia Encosta
39	Senhora do Viso	Viseu	Vila Nova de Foz-Côa	Custóias do Douro	Cumeada
40	Cadabulhos	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Custóias do Douro	Meia Encosta
41	São Martinho	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Seixas do Douro	Cumeada

42	<i>Pitanceira</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Numão</i>	<i>Cumeada</i>
43	<i>Raza II</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Numão</i>	<i>Meia Encosta</i>
45	<i>Almoinhas I</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Freixo de Numão</i>	<i>Cumeada</i>
46	<i>Castelo Velho da Meda</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Meda</i>	<i>Cumeada</i>
47/E	<i>Castelo de Longroiva</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Longroiva</i>	<i>Cumeada</i>
48	<i>Alto da Forca</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Longroiva</i>	<i>Cumeada</i>
49	<i>Montes</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Longroiva</i>	<i>Cumeada</i>
50	<i>Fieiteira</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Longroiva</i>	<i>Fundo de vale</i>
51	<i>Santa Columba</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Poço do Canto</i>	<i>Cumeada</i>
52	<i>Castelo do Nunes</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Outeiro de Gatos</i>	<i>Cumeada</i>
57	<i>São Salvador do Mundo</i>	<i>Viseu</i>	<i>São João da Pesqueira</i>	<i>São João da Pesqueira</i>	<i>Cumeada</i>
58	<i>Quinta da Abelheira</i>	<i>Viseu</i>	<i>São João da Pesqueira</i>	<i>Riodades</i>	<i>Cumeada</i>
60	<i>Senhora de Lourdes</i>	<i>Viseu</i>	<i>São João da Pesqueira</i>	<i>Nagoselo do Douro</i>	<i>Cumeada</i>
62	<i>Cerro do Bastião</i>	<i>Viseu</i>	<i>São João da Pesqueira</i>	<i>São João da Pesqueira</i>	<i>Cumeada</i>
63	<i>Santa Bárbara</i>	<i>Guarda</i>	<i>São João da Pesqueira</i>	<i>São João da Pesqueira</i>	<i>Cumeada</i>
64	<i>Castelo Velho do Souto</i>	<i>Viseu</i>	<i>Penedono</i>	<i>Souto</i>	<i>Cumeada</i>
65	<i>Quinta do Campo</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Cótimos</i>	<i>Meia Encosta</i>
66/L	<i>Fariseu e Alto do Fariseu</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Muxagata</i>	<i>Meia Encosta</i>
67	<i>Olival de São Paulo</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Quintã de Pero Martins</i>	<i>Planalto</i>
68	<i>São Gabriel</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Castelo Melhor</i>	<i>Cumeada</i>
69	<i>Seixo I e II</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Algodres</i>	<i>Cumeada</i>
71/M	<i>Monteira</i>	<i>Guarda</i>	<i>Pinhel</i>	<i>Cidadelhe</i>	<i>Cumeada</i>
72/D	<i>Alto da Lamigueira</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Longroiva</i>	<i>Cumeada</i>
73/J	<i>Perdigueiros</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Chãs</i>	<i>Cumeada</i>
74	<i>Currais da Mó/Tomadias</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Chãs</i>	<i>Meia Encosta</i>
75/F	<i>Cabecinho da Perdiz</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Santa Comba</i>	<i>Cumeada</i>
76/C	<i>Abrigo da Pedrinha</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Chãs</i>	<i>Meia Encosta</i>
77	<i>Abrigo do Castelo Velho</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Chãs</i>	<i>Meia Encosta</i>
78/D	<i>Amendoal de Quintãs</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Longroiva</i>	<i>Fundo de vale</i>
79	<i>Ladeiras</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Barreira</i>	<i>Meia Encosta</i>
80/B	<i>Furada</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Almendra</i>	<i>Cumeada</i>
81	<i>Espinhaço</i>	<i>Guarda</i>	<i>Pinhel</i>	<i>Cidadelhe</i>	<i>Cumeada</i>
82/B	<i>Olga Grande</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Almendra</i>	<i>Planalto</i>
83/F	<i>Jardim I</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Santa Comba (Tomadias)</i>	<i>Planalto</i>
84	<i>Malhadais</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Escalhão</i>	<i>Planalto</i>
85	<i>Castelão</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Escalhão</i>	<i>Cumeada</i>
86	<i>Quinta dos Boiais / Canada da Ortiga (achados isolados)</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Escalhão</i>	<i>Planalto</i>
87/I	<i>Bultreira</i>	<i>Guarda</i>	<i>Pinhel</i>	<i>Cidadelhe</i>	<i>Meia Encosta</i>
88	<i>Quebradiças</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Escalhão</i>	<i>Meia Encosta</i>
89	<i>Ribeira do Patinho (achados isolados)</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Escalhão</i>	<i>Planalto</i>
90	<i>Ribeira da Ramila II</i>	<i>Guarda</i>	<i>Pinhel</i>	<i>Cidadelhe</i>	<i>Planalto</i>
91	<i>Vergadas</i>	<i>Guarda</i>	<i>Pinhel</i>	<i>Cidadelhe</i>	<i>Cumeada</i>
92/D	<i>Vinha do Cruzeiro / Estela de Longroiva</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Longroiva</i>	<i>Várzea</i>
93	<i>Fraga do Fojo</i>	<i>Bragança</i>	<i>Torre de Moncorvo</i>	<i>Souto da Velha</i>	<i>Meia Encosta</i>
94	<i>Cerro do Pereira</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Meia Encosta</i>
95	<i>Castelo de Foz Côa</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Cumeada</i>
96/I	<i>Castelo dos Mouros</i>	<i>Guarda</i>	<i>Pinhel</i>	<i>Cidadelhe</i>	<i>Cumeada</i>
97	<i>Vale da Casa</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Vila Nova de Foz Côa</i>	<i>Meia Encosta</i>
98	<i>Freixo de Numão</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Freixo de Numão</i>	<i>Planalto</i>

99	Santa Bárbara	Guarda	Meda	Coriscada	Cumeada
100	Castelos	Guarda	Meda	Marialva	Planalto
101/E	Cardieiras	Guarda	Meda	Longroiva	Cumeada
102	Senhora de Vila Maior	Guarda	Meda	Casteição	Cumeada
103	Castelo da Moira	Guarda	Meda	Carvalhal	Cumeada
104	Santa Bárbara de Valflo	Guarda	Meda	Valflo	Cumeada
105	Vale do Mouro	Guarda	Meda	Coriscada	Planalto
106	Fraga Alta	Guarda	Meda	Longroiva	Cumeada
107/D	Tapada da Monteiro	Guarda	Meda	Longroiva	Meia Encosta
108/E	Tapada do Castelo	Guarda	Meda	Longroiva	Meia Encosta
109/J	Lajão	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Muxagata	Meia Encosta
110/G	Casal	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Planalto
111/J	Vale das Águas	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Muxagata	Cumeada
112	Foz do Vale do Fomo	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Vila Nova de Foz-Côa	Meia Encosta
114	Abrigo de Almofala (rever localização)	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Almofala	Meia Encosta
115	Alto das Malhadas (rever localização)	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Vila Nova de Foz Côa	Cumeada
116/N	Teixeira	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Cumeada
117/I	Lapas Cabreira	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Vale Afonsinho	Planalto
118/N	Alto da Resenha	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Cumeada
119/I	Alto da Miteira	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Vale Afonsinho	Cumeada
120	Gamoal do Poio/Gamoal (rever localização)	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Almendra	Planalto
121	Abrigo das Chãs (rever localização)	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Planalto
123	Cidadelhe II (rever localização)	Guarda	Pinhel	Cidadelhe	Planalto
124	Cabeço da Lapa (rever localização)	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Cumeada
126	Casa Grande (rever localização)	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Vale Afonsinho	Planalto
127/H	Coto	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Cumeada
128/H	Abrigo da Rocha 7 - Faia	Guarda	Pinhel	Cidadelhe	Fundo de vale
129	Insula II	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Fundo de vale
130/I	Lapas cabreiras II	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Vale Afonsinho	Planalto
131/J	Monte	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Muxagata	Cumeada
132/L	Namorados	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Castelo Melhor	Planalto
133/K	Olga Grande 14	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Almendra	Planalto
134/K	Olga Grande 2	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Almendra	Meia Encosta
135	Olgas da Ervamoira	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Muxagata	Fundo de vale
136/G	Olival da Quinta da Torrinha	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Santa Comba	Meia Encosta
137/B	Penascosa (praia)	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Castelo Melhor	Fundo de vale
138/B	Penascosa Sul	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Castelo Melhor	Meia Encosta
140/A	Quinta da Barca 1	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Fundo de vale
141/A	Quinta da Barca Sul	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Santa Comba	Fundo de vale
142/A	Quinta da Barca/Cortes I	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Chãs	Planalto
143/L	Ribeira de Piscos	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Muxagata	Meia Encosta
144/K	Ribeirinha	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Almendra	Fundo de vale
145/M	Ribeiro do Carrasqueiro III	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Meia Encosta
146	São Gabriel 1	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Castelo Melhor	Meia Encosta
147/M	Sachagada	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Planalto
148/O	Salgueiral	Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	Algodres	Planalto
149/L	Vale de Figueira	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Vila Nova de Foz Côa	Fundo de vale
150	Vale de Moinhos	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Vila Nova de Foz Côa	Meia Encosta
151/L	Vale de Videiro	Guarda	Vila Nova de Foz-Côa	Vila Nova de Foz Côa	Fundo de vale

152	<i>Vinagreira (estela - rever localização)</i>	<i>Guarda</i>	<i>Meda</i>	<i>Longroiva</i>	<i>Meia Encosta</i>
153	<i>Cabeço da Mina (estela - rever localização)</i>	<i>Bragança</i>	<i>Vila Flor</i>	<i>Assares</i>	<i>Cumeada</i>
154	<i>Quinta do Couquinho (estela - rever localização)</i>	<i>Bragança</i>	<i>Torre de Moncorvo</i>	<i>Vide</i>	<i>Fundo de vale</i>
155	<i>Quinta de Vila Maior (estela - rever localização)</i>	<i>Bragança</i>	<i>Torre de Moncorvo</i>	<i>Cabeça Boa</i>	<i>Fundo de vale</i>
156	<i>Moncorvo (estela - rever localização)</i>	<i>Bragança</i>	<i>Torre de Moncorvo</i>	<i>Torre de Moncorvo</i>	<i>?</i>
157	<i>Alto da Escrita (estela - rever localização)</i>	<i>Viseu</i>	<i>Tabuaço</i>	<i>Vale de Figueira</i>	<i>Cumeada</i>
158	<i>Ataúdes (estela - rever localização)©</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Algodres</i>	<i>Planalto</i>
160/I	<i>Ervideiro 1</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Vale Afonsinho</i>	<i>Fundo de vale</i>
161/I	<i>Ervideiro 2</i>	<i>Guarda</i>	<i>Figueira de Castelo Rodrigo</i>	<i>Vale Afonsinho</i>	<i>Fundo de vale</i>
162/L	<i>Canada do Inferno</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Vila Nova de Foz Côa</i>	<i>Fundo de vale</i>
163/B	<i>Fumo 1</i>	<i>Guarda</i>	<i>Vila Nova de Foz-Côa</i>	<i>Almendra</i>	<i>Meia Encosta</i>



1. Recinto de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) visto de Norte. Os muretes circundariam o topo da colina, mas as estruturas provavelmente estendem-se sobre a encosta virada à ribeira da Teja (à esquerda da fotografia).



2. Grande crista quartzítica de São Martinho (Seixas do Douro, Vila Nova de Foz Côa) vista de Norte, uma especificidade geomorfológica com materialidades. Esta crista impõe-se na paisagem e domina visualmente o rio Douro e os grandes vales abertos do planalto de Freixo de Numão.



1. Quinta do Campo (Cótimos, Mêda). Grande sítio sem delimitação estrutural. Este local estende-se por mais de 100 m de comprimento e o seu espaço parece ser organizado pelos afloramentos graníticos. Implanta-se em encosta suave onde no seu encaixe corre uma linha de água.



2. Abrigos do Vale Ferreiro (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). Vale da Ribeira de Murça, no seu troço inicial em direcção ao rio Douro. Os abrigos localizam-se à direita da fotografia, a meia encosta.



Ervideiro 2 (Vale Afonsinho, Figueira de Castelo Rodrigo). Este sítio com pinturas implanta-se nas margens do rio Côa, num estreito e profundo vale. É uma das áreas localizadas mais a Sul do actual projecto.